



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sul-rio-grandense

Câmpus  
Pelotas

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SUL-RIO-GRANDENSE – CÂMPUS PELOTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**O PROGRAMA MULHERES MIL NO IFSUL - CÂMPUS PELOTAS**

**Patrícia Martins Tavares**

**Pelotas – RS**

**2019**

**PATRÍCIA MARTINS TAVARES**

**O PROGRAMA MULHERES MIL NO IFSUL - CÂMPUS PELOTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-rio-grandense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jair Jonko Araujo

**Pelotas – RS**

**2019**

## **O PROGRAMA MULHERES MIL NO IFSUL - CÂMPUS PELOTAS**

Aprovado pela banca examinadora em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Jair Jonko Araujo (Orientador) – IFSUL (Câmpus Pelotas)

---

Profa. Dra. Adriana Duarte Leon – IFSUL (Câmpus Pelotas)

---

Profa. Dra. Cristhianny Bento Barreiro – IFSUL (Câmpus Pelotas)

---

Profa. Dra. Nailê Pinto Iunes – PMP/SMED

## **Agradecimentos**

*Em primeiro lugar, agradeço à minha família. À minha mãe, Carmen Lúcia Fonseca Martins, que esteve sempre disponível para cuidar do meu filho, desde a época da faculdade, incentivando-me a seguir em frente na busca pela minha formação. Apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.*

*Ao meu amado marido, Cláudio Pedrotti Farias, que, embora se sentisse só, compreendeu que esse era um momento necessário e esforçou-se para que tudo desse certo.*

*Ao meu querido filho Henri Farias, minha fonte de inspiração, ser que me impulsiona a nunca desistir e a quem eu dedico este trabalho.*

*Sem o apoio de vocês, eu não conseguiria desenvolver esta pesquisa. Obrigada pela paciência e compreensão.*

*Agradeço às professoras que compuseram a minha banca de qualificação: Profa. Dra. Adriana Duarte Leon, Profa. Dra. Cristhianny Bento Barreiro e Profa. Dra. Nailê Pinto Lunes, pela disponibilidade, pelos apontamentos, pelo cuidado ao indicarem caminhos e possibilidades para que esta pesquisa se concretizasse de maneira consistente.*

*Às minhas queridas colegas do Mpet: Alezandra Messias, Maria Helena Hernandes e Simone Weber, por dividirem momentos de angústias sempre de bom humor e otimismo, por estarem sempre disponíveis, pelas experiências vivenciadas. Com vocês essa caminhada foi leve e alegre.*

*Agradeço às gestoras do Programa Mulheres Mil: Lígia Maciel e Fátima Insaurreaga, pela disponibilidade no fornecimento das informações solicitadas.*

*Às alunas, que aceitaram narrar um pouco de suas vidas, para que eu pudesse escrever este trabalho.*

*E, por fim, ao meu querido orientador, Prof. Dr. Jair Jonko Araujo. Sem palavras para descrever o apoio, o carinho, a disponibilidade, o comprometimento, a paciência e a atenção dispensadas a mim neste período. Obrigada pela confiança.*

*Como a vida é tecelã imprevisível,  
e ponto dado aqui vezenquando  
só vai ser arrematado lá na frente.*

Caio Fernando Abreu

**RESUMO:** O presente trabalho trata de uma investigação qualitativa, realizada durante os anos de 2017 e 2018, cujo objeto é o Programa Mulheres Mil (PMML), instituído no Câmpus Pelotas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Tem por objetivo identificar sentidos que as mulheres participantes deste programa educacional atribuem ao mesmo. O trabalho apresenta, como linha condutora, uma concepção complexa de políticas sociais/educacionais, em consonância com a matriz conceitual pós-estruturalista, em especial nos fundamentos do Ciclo de Políticas proposto por Stephen Ball e colaboradores. A partir de pesquisa bibliográfica, foram estabelecidas e discutidas as categorias Políticas Públicas, Empoderamento, Gênero e Vulnerabilidade Social que se destacaram durante o percurso inicial de estudo do tema. No que diz respeito aos sujeitos da pesquisa, focou-se nas mulheres participantes do Programa, no Instituto Federal Sul-rio-grandense, nos anos de 2012 a 2015, dos cursos Cuidadora de Idosos, Cartonageira à Mão e Empregada Doméstica. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada. A análise dos dados obtidos foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva. Como resultado deste trabalho, aponta-se que os cursos contribuíram em aspectos sociais e psicológicos, bem como na questão do empoderamento e autoestima das mulheres entrevistadas. Todas as entrevistadas atuam profissionalmente na área em que realizaram os cursos.

**Palavras-chave:** Programa Mulheres Mil. Políticas Públicas. Empoderamento. Vulnerabilidade Social.

**ABSTRACT:** The present work deals with a qualitative research carried out during the years 2017 and 2018, whose object is the Program Thousand Women (PMML), instituted in the Campus Pelotas of the Federal Institute of Education, Science and Technology Sul-rio-grandense (IFSul) . It aims to identify meanings that the women participating in this educational program attribute to it. The work has as its guiding line a complex conception of social / educational policies, in consonance with the post-structuralist conceptual matrix, especially in the Fundamentals of Policy Cycle proposed by Stephen Ball and collaborators. From the bibliographic research, the categories Public Policies, Empowerment, Gender and Social Vulnerability were highlighted and discussed during the course of the study. Regarding the subjects of the research, the women participants in the Program, at the Federal Institute of Rio Grande do Sul, from the years 2012 to 2015, focused on the Elderly Caregiver, Hand Cartoner and Domestic Employer courses. Data collection was done through a semi-structured interview. The analysis of the data obtained was performed through Discursive Textual Analysis. A result of this work it is pointed out that the courses contributed in social and psychological aspects, as well as in the question of the empowerment and self-esteem of the interviewed women. All are interviewed at a professional level in the area where they will be taking courses.

**Keywords:** Program Thousand Women. Public policy. Empowerment. Social vulnerability.

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Etapas de execução do Programa Mulheres Mil.....	27
Quadro 2 – Resultado da busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes.....	30
Quadro 3 – Cursos disponibilizados pelo Câmpus Pelotas 2013-2015.....	36
Quadro 4 – Dimensões que formam o Índice de Vulnerabilidade Social.....	48
Quadro 5 – Desmontagem do texto - Unitarização .....	53
Quadro 6 – Categorização .....	54

## **Lista de Siglas**

ACCC – Association of Canadian Community Colleges

ADT – Análise Textual Discursiva

ARAP – Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagens Prévias

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

CEFET– Centro Federal de Educação Tecnológica

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DEEFE – Departamento de Estrutura Funcional do Ensino

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETP – Escola Técnica de Pelotas

ETFPEL – Escola Técnica Federal de Pelotas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

IVS – Atlas da Vulnerabilidade Social

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PT – Partido dos Trabalhadores

PMML – Programa Mulheres Mil

PMP – Prefeitura Municipal de Pelotas

PNAD – Pesquisa Nacional por amostra de domicílio

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

SENAI– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 APRESENTANDO A PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
2.1 JUSTIFICATIVA.....	14
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
<b>3.0 O PROGRAMA MULHERES MIL.....</b>	<b>20</b>
3.1 NO BOSQUE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
3.2 O PROGRAMA NA PERSPECTIVA NORMATIVA DO ESTADO.....	23
3.3 DIALOGANDO COM A PRODUÇÃO SOBRE O MULHERES MIL.....	28
3.4 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CÂMPUS PELOTAS.....	35
<b>4 SEGUINDO PISTAS – CATEGORIAS EM DESTAQUE.....</b>	<b>40</b>
4.1 DESCOBRINDO O EMPODERAMENTO.....	40
4.2 NA TRILHA DA QUESTÃO DE GÊNERO.....	43
4.3 OS CAMINHOS DA VULNERABILIDADE SOCIAL.....	46
<b>5 DESVENDANDO OS SENTIDOS DO PROGRAMA MULHERES MIL.....</b>	<b>50</b>
5.1 EXPLORANDO A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA.....	50
5.2 SENTIDOS DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	51
<b>6 DESBRAVANDO HORIZONTES: CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>64</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – ENTREVISTA.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ESTUDANTES.....</b>	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo Programa Mulheres Mil (PMML) despertou desde o primeiro contato que tive com o Programa, na execução de tarefas que desenvolvo no Departamento de Estrutura Funcional do Ensino (DEEFE) – IFSul - Câmpus Pelotas, onde atuo como Coordenadora de Administração Escolar, desde o ano de 2013. Este setor é responsável por atendimentos diversos aos alunos e professores, dentre eles, os agendamentos de salas de aula, miniauditórios, laboratórios de informática, confecção de carteirinhas para os alunos, dentre outras atribuições. Sendo assim, foi solicitada a mim, uma sala de aula para a turma do Programa Mulheres Mil. Dessa forma, conheci o Programa e fiquei sensibilizada com a trajetória de vida das alunas matriculadas nos cursos disponibilizados pelo Câmpus Pelotas, e me perguntando o que as motivava a estarem ali.

Minha formação acadêmica se deu na Universidade Federal de Pelotas, no curso de Licenciatura em Letras-Português e respectiva Literatura, concluído no ano de 2010. No ano seguinte, ingressei no Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação, linha de pesquisa: Ensino e Formação de Professores. Após a conclusão das disciplinas da Especialização, matriculei-me em algumas disciplinas como aluna especial do Mestrado do IFSul, até ingressar como aluna regular no ano de 2017.

Ao refletir sobre um projeto de pesquisa, não pude pensar em outro tema, senão, o Programa Mulheres Mil. Como mulher, mãe jovem, tive algumas dificuldades em minha formação acadêmica e, dessa forma, foi impossível não me comover com as histórias daquelas mulheres. Vivi as dificuldades de conciliar todos os papéis que muitas de nós, mulheres do nosso tempo, desempenhamos tais como: ser mãe, esposa, universitária, construir uma carreira profissional, realizar os afazeres domésticos, dentre outros tantos. Contudo, as histórias vividas por essas mulheres demonstram que, além de conciliarem todos esses papéis, muitas nem o papel de “ser criança” puderam desempenhar. Aprenderam, desde muito cedo, que para ter comida na mesa era necessário muito trabalho.

O Programa Mulheres Mil faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), uma das ações propostas pelo Governo Federal no Plano Brasil Sem Miséria (BSM), na tentativa de superar a situação de extrema pobreza em que muitas famílias se encontravam no País. Lançado em

junho de 2011<sup>1</sup>, o BSM era voltado àquelas famílias que recebiam renda inferior a R\$ 70,00 por pessoa. Instituído como Projeto Piloto em 2011, o Programa Mulheres Mil passou, em 2013, a fazer parte do Pronatec, o qual dispõe gratuitamente, aos estudantes, cursos de qualificação profissional.

Segundo os dados disponíveis no *site* da Secretaria do Governo<sup>2</sup>, o Plano BSM é baseado em três eixos, a saber, garantia de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva. Já retirou 22 milhões de pessoas da miséria, propiciou que 1,75 milhões de pessoas se matriculassem em cursos de qualificação profissional do Pronatec, dentre eles cursos do Programa Mulheres Mil. Em março de 2014, foi atingida a meta de um 1,3 milhões de alunos no Pronatec, prevista para o período 2011-2014. De janeiro a dezembro de 2014, foram efetuadas 733,3 mil matrículas, totalizando 1,6 milhões de matrículas no referido quadriênio.

Esta pesquisa pretende analisar sentidos atribuídos a essa política pública, na perspectiva de mulheres envolvidas no Programa Mulheres Mil, especificamente em cursos disponibilizados pelo IFSul - Câmpus Pelotas, entre os anos 2012 e 2015. Partindo de alguns questionamentos como: O que motivou as mulheres a participarem do Programa? O que elas pensam a respeito do mesmo? Com que propósito elas entraram no Programa? O curso produziu sentidos em seus cotidianos? Quais? O curso contribuiu para superar a situação de vulnerabilidade a qual se encontravam?

Na sequência, será apresentada a pesquisa: a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos.

Em seguida, serão discutidas questões referentes ao Programa Mulheres Mil: contextualização acerca das Políticas Públicas e o Ciclo de Políticas proposto por Stephen Ball (1994) e colaboradores (BALL E BOWE, 1992), cujos conceitos suportaram a discussão da política pública em questão; seus objetivos, seu funcionamento, o contexto do Programa no Câmpus Pelotas e uma breve descrição da pesquisa feita no Banco de Teses e Dissertações da Capes, em estudos com a temática da presente dissertação.

---

<sup>1</sup>Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>>

<sup>2</sup>Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>>

Adiante, serão comentadas as categorias que se destacaram no percurso das leituras e entrevistas: Empoderamento, Gênero e Vulnerabilidade Social.

Posteriormente, será apresentada a análise das entrevistas realizadas. Sem dúvida, o momento de ápice da pesquisa, em que estive frente a frente com as principais motivadoras deste estudo: as alunas do PMML. Momento este de muitas emoções e aprendizado. Experiência única, vivenciada por mim, enquanto pesquisadora em construção.

E, por fim, serão tecidas algumas considerações, sentidos e possibilidades acerca do presente trabalho.

## 2 APRESENTANDO A PESQUISA

Neste capítulo será apresentada a justificativa, objetivos e os procedimentos metodológicos na trajetória do presente estudo.

### 2.1 JUSTIFICATIVA

Conforme Gomes (2006) *welfarestate*, ou seja, o Estado de bem-estar é compreendido como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal, promovidos pelo Estado, com a finalidade de garantir certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprindo, dessa maneira, a sociedade de benefícios sociais, que significam segurança aos indivíduos, para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção excludente. Assim, o estado de bem-estar significa, então, uma proposta institucional de um Estado que possa realizar e financiar programas e planos de ação destinados a promover os interesses sociais coletivos dos membros de uma determinada sociedade.

Segundo o autor, em países como a Alemanha, por exemplo, o Estado de bem-estar implica, historicamente, em orientar a economia, gerir impostos e investir na educação. Não obstante, de acordo com o autor, o Brasil, entre as décadas de 30 e 50, teve poucas instituições criadas com o objetivo de oferecer benefícios sociais. Para Gomes (2006), neste período, a luta de classes no Brasil não teve a mesma intensidade e consequências dos países de capitalismo avançado, como a Alemanha, por exemplo.

Neste sentido, Hypólito (2008, p.67) ressalta que “(...) no Brasil houve uma construção social do estado que se aproxima muito do que se chama Estado Providência.” Para o autor, “O estado construído no período getulista<sup>3</sup> não deixa de ser uma versão, em muitos sentidos acanhada e em outros singular, do Estado de bem-estar social. (HYPÓLITO 2008, p.67)”. Para ele, é nítido que esta construção é distante dos modelos construídos ao norte da Europa, por exemplo.

Sem complexificar mais esta discussão, podemos considerar que Planos como o Brasil sem Miséria e o Programa Mulheres Mil são uma tentativa recente, no Brasil, de produzir políticas na perspectiva do Estado de bem-estar social.

---

<sup>3</sup>Compreende o período de 1930 a 1945 em que Getulio Vargas esteve na presidência do Brasil.

Neste contexto, a presente pesquisa se justifica pela importância da discussão acerca das políticas públicas na sociedade e na tentativa de compreendermos como elas são apropriadas pelos sujeitos-alvos dessas políticas. A intenção, ao se produzir esse estudo, é contribuir nas discussões acerca das políticas públicas voltadas às mulheres. Especificamente, esta pesquisa busca apontar reflexões e sentidos produzidos por mulheres afetadas pelo Programa Mulheres Mil.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar sentidos do Programa Mulheres Mil, na perspectiva de mulheres participantes dessa proposta educacional, no Câmpus Pelotas do IFSul. Para atingir este objetivo, buscamos<sup>4</sup> compreender e discutir intencionalidades e a organização do Programa Mulheres Mil no âmbito nacional; entender o contexto dessa política educacional no Câmpus Pelotas; e perceber e discutir sentidos que as mulheres participantes dessa proposta educacional atribuem à experiência formativa vivenciada.

## 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mainardes e Tello (2011, p.156) apontam que:

Os pós-estruturalistas consideram a ação dos sujeitos um aspecto crucial para a compreensão das políticas e enfatizam a fluidez do poder e sua posse pelos diferentes agentes. A perspectiva pós-estruturalista aponta a importância de analisar o discurso das políticas.

Conforme Bogdan e Biklen (1994, p.49), a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. Para as autoras, na investigação qualitativa, a abordagem privilegia a compreensão dos comportamentos, a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Ainda, de acordo com as autoras (BOGDAN; BIKLEN, 1994 p. 47-50), a investigação qualitativa apresenta cinco características: 1) a fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; 2) A

---

<sup>4</sup>Neste estudo, ora optamos por utilizar os verbos na primeira pessoa do plural - pois entendemos que é fruto de um diálogo entre orientanda, orientador, autores e entrevistadas, em que todos contribuíram na construção desta pesquisa - e verbos na primeira pessoa do singular nos momentos vivenciados somente pela orientanda.

investigação qualitativa é descritiva, os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números; 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva e 5) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.

Para Denzin e Lincoln (2006, p.17):

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; histórias de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.

Dessa forma, para compreender os sentidos produzidos pelo PMML, na perspectiva das mulheres participantes dessa proposta educacional, o estudo caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa.

Assim sendo, as entrevistas realizadas foram orientadas pelo instrumento em anexo (apêndice b), gravadas e transcritas, para melhor interpretação dos sentidos expressos pelos sujeitos entrevistados, evitando, assim, a perda de informações relevantes para o trabalho. A análise desse material está apresentada na seção 5 Desvendando os Sentidos do Programa Mulheres Mil. Bogdan e Biklen (1994) discorrem sobre os cuidados necessários na realização de entrevistas. Para as autoras (BOGDAN; BILKLEN 1994, p. 137), “o pesquisador deve, principalmente, ouvir cuidadosamente o que as pessoas têm a dizer, na tentativa de compreender o que o sujeito está a relatar”.

Acerca da pesquisa com entrevistas, Flick (2006, p. 107-108) aponta que “o foco da pesquisa com entrevistas está (em sua maioria) na experiência individual do participante, que é considerada relevante para se entender a experiência das pessoas em uma situação semelhante”. Ainda, para o autor (FLICK 2006, p. 108):

O pano de fundo teórico da maioria dos estudos que usam entrevistas está situado, em certa medida, na tradição do interacionismo simbólico – de que as pessoas refletem sobre sua vida e que essa forma de produção de sentido pode ser acessada para entender as questões dessa reflexão.

Para compreensão acerca dos sentidos produzidos pelo Programa na vida das alunas, os dados coletados foram analisados por meio de uma técnica que

priorizou a ênfase discursiva na análise, a Análise Textual Discursiva (ATD), que será detalhada na seção 5.1 Explorando a Análise Textual Discursiva.

Na fase de prospecção, identificamos que duas mulheres do Curso de Cartonageiro, ofertado no ano de 2014, continuaram envolvidas em Projetos de Extensão no Câmpus. Optamos por entrevistá-las, buscando compreender o significado do curso para elas e a permanência desse vínculo com o IFSul, após o término do mesmo.

Na perspectiva de dialogar com sujeitos inseridos em outros contextos sociais, entrevistamos outras duas estudantes que não mantiveram ligação com o Câmpus após o curso. Dessa maneira, selecionamos duas alunas do Curso de Cuidadora<sup>5</sup> de Idosos, o qual formou alunas entre os anos de 2012 a 2015, consecutivamente, ou seja, foi o curso com maior número de mulheres envolvidas. As alunas foram indicadas pelas gestoras do Programa no Câmpus, em função das transformações ocorridas nas suas vidas durante o caminho de formação. O contato com as alunas foi realizado a partir dos dados disponíveis no cadastro na Instituição.

A partir de conversas informais com as duas gestoras do Programa no Câmpus Pelotas, foi possível o acesso aos documentos referentes aos cursos<sup>6</sup>, bem como informações complementares, que nos auxiliaram a entender como o Programa foi instituído no Câmpus Pelotas. Esse processo está exposto na seção 3.4 O Programa Mulheres Mil no Câmpus Pelotas.

Sobre a entrevista, Guerra (2006 p. 60) explana que:

As entrevistas devem ser marcadas com antecedência e o entrevistado deve ser avisado da duração média esperada. Não se deve esquecer as questões prévias a colocar no início das entrevistas, tais como a explicação do objecto de trabalho, a valorização do papel do entrevistado no fornecimento de informações, considerando o seu estatuto de informador privilegiado, a duração e a licença para gravar, etc.

Assim, a partir de contato preliminar com as ex-alunas, para saber da vontade e disponibilidade em contribuir com esta pesquisa, as quatro mulheres mostraram-se

---

<sup>5</sup>No catálogo de Cursos do Pronatec, todos os cursos apresentam seus nomes no substantivo masculino, exemplo: Cuidador, Cartonageiro, etc. Como estamos tratando de um curso exclusivo para mulheres, neste estudo, optamos por incluir o “a”, tornando, assim, um substantivo feminino.

O catálogo encontra-se disponível em: <[https://map.mec.gov.br/attachments/74900/guia\\_pronatec\\_de\\_cursos\\_fic\\_2016.pdf](https://map.mec.gov.br/attachments/74900/guia_pronatec_de_cursos_fic_2016.pdf)>

<sup>6</sup>Documentos disponibilizados: Projeto Pedagógico do Curso Cuidadora de Idosos; Diários de classe dos cursos Cartonageira à mão, Pintora de Obras, Cuidadora Infantil e Cuidadora de Idosos; Folder de divulgação do Curso Cuidadora de Idosos e Convites de Formatura dos cursos Cuidadora de Idosos, Pintora de obras e Cuidadora Infantil.

dispostas e felizes em fazerem parte desse processo. Dessa forma, marcamos, então, o dia, hora e local que melhor atendessem às necessidades das entrevistadas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e setembro de 2018 - três delas no IFSul – Câmpus Pelotas e uma no local de trabalho da entrevistada.

As entrevistadas têm entre 50 e 65 anos, todas residem na cidade de Pelotas/RS e foram, carinhosamente, identificadas com nomes de pedras preciosas, pois é assim que as enxergo: mulheres preciosas e raras, assim como as pedras. A vida pode ter sido dura com elas, assim como as pedras o são, porém elas brilham, brilham como as pedras, iluminando, assim, seus próprios caminhos.

Primeiramente, expliquei às entrevistadas o objetivo do trabalho, bem como, um pouco do percurso de minha vida pessoal e acadêmica, no intuito de deixá-las à vontade para, também, narrarem sobre si. Em seguida, solicitei que elas assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), em duas vias, uma via para mim e a outra para elas. Neste momento, pedi autorização para que a entrevista fosse gravada. Foi explanado o motivo pelo qual era aconselhável a gravação e nenhuma das entrevistadas se opôs ao processo. Optei por gravar as entrevistas com o aparelho celular, na tentativa de propiciar um ambiente natural, uma conversa informal, para que as entrevistadas não se sentissem desconfortáveis e/ou constrangidas.

As entrevistas duraram, em média, trinta minutos. Ouvir a narrativa de cada uma das entrevistadas fez com que todo o meu esforço valesse a pena naquele instante. A emoção, o nó na garganta ao escutar um pouco de suas vidas, foram inevitáveis. A respeito do trabalho com narrativas, Clandinin e Connelly (2011, p.51) dizem que “(...) pesquisa narrativa é uma forma de compreender a experiência. (...) são histórias vividas e contadas”.

Stephens (1992 apud GALVAO 2005, p.328) complementa:

esta constitui-se a partir da imbricação de três componentes: História – abrange personagens envolvidas em determinados acontecimentos, num espaço e tempo determinados e possibilita uma primeira interpretação do que é contado; Discurso – forma específica como qualquer história é apresentada; Significação – uma interpretação de segundo nível que o ouvinte/leitor/espectador obtém a partir do inter-relacionamento da história e do respectivo discurso.

Após a realização das entrevistas, foi realizada a transcrição: o tempo dispensado para a transcrição de cada entrevista foi de três a quatro horas, e foram digitadas em um documento de Word. O trabalho de transcrição propiciou-me um momento de reflexão, de perceber os detalhes que passaram despercebidos durante as entrevistas, seja pelo nervosismo ou pela ansiedade para que tudo desse certo.

Acerca da transcrição, Guerra (2006 p. 69) contribui, discorrendo que “No contexto de entrevistas em que os entrevistados falam na primeira pessoa, a transcrição deve ser integral e fiel ao que foi dito”. Ainda propõe um método, para tornar mais ágil a fase de transcrição (GUERRA 2006, p. 69-70):

- a) Numa primeira fase transcrever (de preferência logo no computador) o que se entende na audição, deixando espaços brancos nas passagens em que a audição não é clara;
- b) Numa segunda fase, rever a gravação e preencher manualmente as <brancas>;
- c) Numa terceira fase, redigir um discurso capaz de ser inteligível, com pontuação, supressão de elementos inúteis (há quem o faça apenas para as frases que vai aproveitar no texto e mantenha intacto o resto da entrevista). No entanto, é preciso dar conta de que a transcrição do discurso oral simples, sem arranjo, não torna o discurso inteligível depois de escrito.

No capítulo 5, Desvendando os Sentidos do Programa Mulheres MIL, será apresentada a análise das entrevistas, a partir dos procedimentos expostos nessa seção.

### **3.0 O PROGRAMA MULHERES MIL**

A fim de compreender os objetivos, funcionamento e características do PMML, realizei pesquisas em documentos, estudos e legislação referentes ao Programa. Marconi e Lakatos (2009, p.27) denominam esse momento do estudo como Pesquisa Bibliográfica. Neste sentido, discorrem que:

A Pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. Sua finalidade é colocar os pesquisadores em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Este capítulo está subdividido em quatro partes. Primeiramente, se propõe a um diálogo acerca das Políticas Públicas. Em seguida, tem por objetivo delinear a constituição do PMML no cenário nacional. Após, é apresentada uma das fases deste estudo, chamada de Estado do Conhecimento. Por fim, o leitor será conduzido ao contexto do PMML no Câmpus Pelotas.

#### **3.1 NO BOSQUE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Mainardes, Ferreira e Tello (2011) afirmam que, no contexto internacional, a partir dos anos 1990, fortaleceu-se a ideia de que as políticas deveriam ser entendidas como processo e produto, que envolvem articulações entre textos e processos, negociações no âmbito do Estado e, para além dele, valores, ideologias, poder e contestação.

Ball (1994) já propunha que as políticas educacionais fossem analisadas como texto e como discurso. Conforme o autor, baseado na teoria literária, as políticas como texto são representações codificadas de maneiras complexas. Os textos são produto de múltiplas influências e agendas, e a sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas, e apenas algumas vozes são ouvidas. Por sua vez, a política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de distribuir “vozes”, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade.

Para este autor, política é “um conjunto de tecnologias e práticas realizadas e disputadas em nível local - política é ambos, texto e ação, palavras e fatos, tanto o

que é intencionado como o que é realizado.” (BALL, 1994, p.10). Ou seja, ao mesmo tempo em que uma política está sendo planejada, ela está sendo contestada e alterada, pois os “elaboradores/autores” não conseguem controlar o significado de uma determinada política, uma vez que elas serão interpretadas/ressignificadas pelos atores/agentes das diferentes arenas/níveis em que uma política está sendo construída, criando novos significados para a referida política.

Nessa perspectiva, o autor discorre sobre a política como texto que seriam os textos políticos e textos legislativos; e a política como discurso, que se refere à política em uso, à política na prática. Assim, conforme Ball (1994, p.24):

Dessa forma, nestes termos o efeito da política é primariamente discursivo, ele muda as possibilidades que temos por pensar ‘de outra maneira’; portanto, limita nossas respostas à mudança, e nos leva a interpretar mal o que a política é ao interpretarmos mal o que ela faz.

Além disso, a política como discurso tem o efeito de redistribuir ‘voz’, de forma que não importe o que algumas pessoas digam ou pensem, e apenas certas vozes possam ser ouvidas (compreendidas) como sendo significativas e autorizadas (competentes, oficiais). “As políticas têm sua própria força viva dentro do estado; propósitos e intenções são reprocessados e reorientados ao longo do tempo.” (BALL, 1994 p.17).

O texto político, muitas vezes, não consegue dar conta das características específicas de determinado local. O texto do Programa Mulheres Mil, por exemplo, é igual para todas as regiões do país, porém as características dos cursos disponibilizados são de acordo com a cultura e necessidade de cada território, ou seja, a política é resignificada em cada novo curso, conforme contexto local.

Ball e Bowe (1992) propuseram um ciclo contínuo para análise de políticas, constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. “Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares”. (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011 p.157).

O contexto de influência é quando o discurso de base é construído, e os conceitos adquirem legitimidade. Nesse contexto atuam as redes sociais - dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo - e ocorrem as influências internacionais, tais como a circulação internacional de ideias, empréstimo de políticas, “venda” de soluções (periódicos, livros, conferências, etc.), o patrocínio

e a imposição de “soluções” das agências multilaterais tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. É importante destacar que as influências serão sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação, numa interação dialética entre global e local (MAINARDES, 2006).

Um elemento importante no contexto de influência do PPML é a parceria Brasil-Canadá, a qual resulta na expansão do comércio e de investimentos e, também, por maior interesse mútuo em aprender mais sobre o outro, tanto sob a ótica das políticas públicas quanto das relações interpessoais<sup>7</sup>. Os países firmaram um Acordo-Quadro para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação em 2010, o qual serve, literalmente, como um quadro no qual os parceiros canadenses e brasileiros da indústria, academia e governo podem colaborar na investigação conjunta e desenvolvimento de projetos, conferências científicas e workshops, troca e empréstimos de equipamentos e materiais, bem como a mobilidade de estudantes e pesquisador.

O Acordo produziu um esforço para aumentar a pesquisa colaborativa, atividades de desenvolvimento e conduzir à comercialização de novas ideias: um dos projetos instituídos como piloto foi o Programa Mulheres Mil, que em 2013 passou a fazer parte do Pronatec.

O contexto de produção de texto enfatiza a construção dos textos que representam a política, os quais normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Essas representações podem tomar a forma de textos legais oficiais, textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Resultados de disputas e acordos que envolvem a hegemonização<sup>8</sup> de determinada política, os textos, em geral, não são internamente coerentes e claros, podendo, inclusive, ser contraditórios, usando significantes de modos diversos (MAINARDES, 2006). Neste trabalho, parte do contexto de produção de texto será discutido ao longo da apresentação do Programa, a fim de destacar seu funcionamento e alguns discursos dessa política.

---

<sup>7</sup>Disponível em:<[http://www.canadainternational.gc.ca/brazilbresil/bilateral\\_relations.aspx?lang=por&menu\\_id=46](http://www.canadainternational.gc.ca/brazilbresil/bilateral_relations.aspx?lang=por&menu_id=46)>

<sup>8</sup>Hegemonia deve ser compreendida como a construção discursiva, a partir de um terreno de diferenças, em que um discurso específico passa a representar as demandas dessas diferenças. (ARAUJO 2013, p.60)

No contexto da prática as políticas são vivenciadas – sujeitas à interpretação e recriação - e produzem efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas em relação à política original concebida; é a arena de luta por significados e sentidos, terreno de contestação (MAINARDES, 2006). Neste estudo, alguns aspectos deste contexto foram evidenciados por meio do contato com as gestoras do Programa no Câmpus Pelotas, apresentado na seção 3.4, e mais aprofundado na apresentação das entrevistas com as alunas.

### 3.2 O PROGRAMA NA PERSPECTIVA NORMATIVA DO ESTADO

Nesta seção apresento o PMML na perspectiva do Estado, ou seja, recortes de discursos políticos e de textos da política em questão. Para tanto, foram realizadas pesquisas, no intuito de buscar dados, nos textos oficiais do Programa que auxiliassem na compreensão da política proposta.

A investigação se deu nos *sites*<sup>9</sup> oficiais do Governo Federal, em que estão disponíveis informações e documentos referentes ao PMML tais como: Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011 - que institui o Programa Mulheres Mil, Cartilha Pronatec - Mulheres Mil e o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito.

O Programa abrange os grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território, com histórias de vida comuns, uma vez que a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe, ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.<sup>10</sup>

O Mulheres Mil foi instituído, inicialmente, como Projeto Piloto, com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio da capacitação profissional. Executado, inicialmente, em 12 estados das regiões norte e nordeste do país, foi idealizado por meio de uma parceria com a Association of Canadian Community Colleges (ACCC) do Canadá,

---

<sup>9</sup>Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>  
<[www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria](http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria)>  
<<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>>

<sup>10</sup>Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>

em 2007<sup>11</sup>. Diante dos resultados obtidos, o Ministério da Educação (MEC), após o término do convênio com o Canadá, citado anteriormente, instituiu, nacionalmente, em 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil.

Com a metodologia Acesso, Permanência e Êxito, a qual será detalhada na seção 3.2 O Programa na Perspectiva Normativa do Estado, essa política passou a disponibilizar cursos profissionalizantes às mulheres em situação de vulnerabilidade social. São cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)<sup>12</sup>, com carga horária mínima de 160 horas, que atende um público específico de mulheres. Segundo documentos oficiais, os cursos devem privilegiar temas como: direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania<sup>13</sup>.

Conforme a Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, o Programa estabelece as seguintes diretrizes:

- I - Possibilitar o acesso à educação;
- II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III - Promover a inclusão social;
- IV - Defender a igualdade de gênero;
- V - Combater a violência contra a mulher.

Posteriormente, em 2013, o Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o que trouxe modificações ao Programa.

De acordo com documentos oficiais<sup>14</sup>, por exemplo, a metodologia utilizada antes de integrar o Pronatec, fazia parte do sistema canadense e é denominada Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagens Prévias (ARAP) - que valorizava e aprimorava os saberes que as alunas já possuíam, levava em conta todas as experiências de aprendizagem – formais ou não – e proporcionava qualificação nas

---

<sup>11</sup>Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>

<sup>12</sup>São cursos que têm a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o estudante que deseja entrar ou retornar ao mundo do trabalho de maneira rápida, pois a formação ocorre em um curto espaço de tempo.

<sup>13</sup>Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>

<sup>14</sup>Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>>

áreas a serem complementadas. Essa metodologia foi substituída pela metodologia Acesso, Permanência e Êxito – desenvolvida para o PMML – que, além do reconhecimento dos saberes prévios, privilegia temas transversais, já citados neste trabalho. O Sistema de Acesso<sup>15</sup> compreende o processo de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade, que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho. Propicia o contato com a comunidade, aproximando a instituição da realidade vivida por aquelas pessoas, o que permite identificar as necessidades e, assim, definir a política viável àquele público.

O Módulo Permanência e Êxito<sup>16</sup> envolve um conjunto de ações multidisciplinares direcionadas ao atendimento das educandas. Dentre os objetivos do referido Módulo estão: propiciar um ambiente amigável e acolhedor, que aumente as chances de desempenho e de êxito das alunas; dar suporte, em forma de serviços e espaços, às mulheres alunas do Programa para que elas resgatem sua segurança e sintam confiança na equipe multidisciplinar e na instituição; promover o aconselhamento das educandas, por meio de serviços de assistência e apoio; viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo de trabalho.

Além disso, apresenta ferramentas como o Portfólio e o Mapa da Vida proporcionando momentos de troca e compartilhamento de experiências. O uso dessa metodologia tem por objetivo permitir às instituições envolvidas conhecerem e se integrarem às populações e comunidades historicamente não atendidas pelas políticas públicas, possibilitando a promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento social e econômico sustentáveis (BRASIL, 2014).

Para atender a essa metodologia é formada a Equipe Multidisciplinar, constituída de um conjunto de servidores, profissionais especialistas e parceiros que, em trabalho articulado, colaborativo e solidário, viabilizam as ações do Programa na comunidade interna e externa, desenvolvendo desde o planejamento até a execução

---

<sup>15</sup>Disponível em:<<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>>

<sup>16</sup>Disponível em:<<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>>

do Programa (BRASIL, 2014). Ademais, com a integração ao Pronatec, as alunas passaram a receber ajuda de custo por dia de aula.

A oferta do PMML nos Institutos Federais é resultado da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema no país. O Programa é executado pelas unidades da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica<sup>17</sup>. Conforme o Decreto nº 7492/2011<sup>18</sup>, os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria são:

I - elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza;

II - ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e

III - propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva.

De acordo com a cartilha do Pronatec, o Programa Mulheres Mil é direcionado a mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico<sup>19</sup>, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM. O Programa faz parte das metas de erradicação da pobreza do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Abaixo, o quadro 1 apresenta as etapas propostas na execução dos cursos do programa, o qual é denominado na metodologia de Cronograma de execução do Programa:

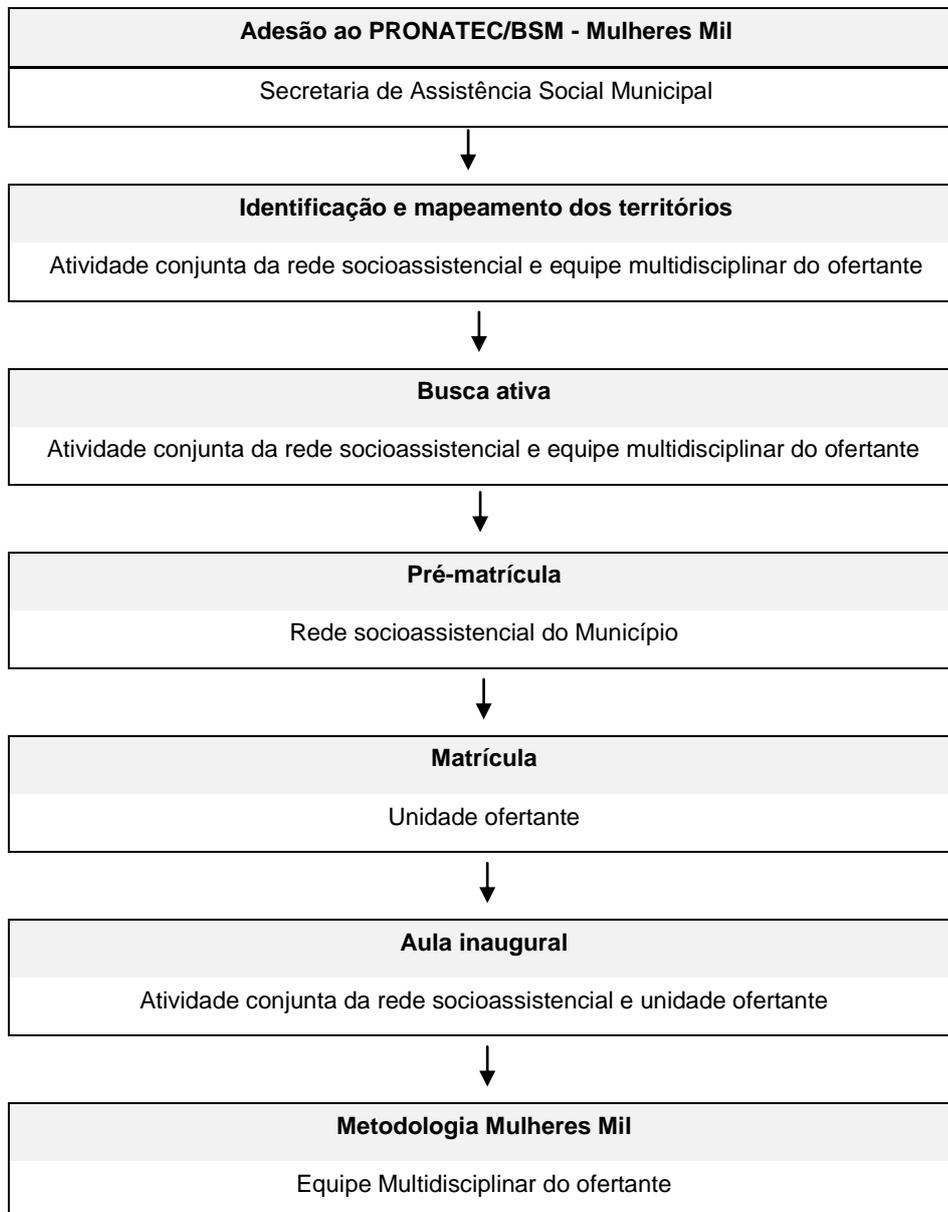
---

<sup>17</sup>Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>

<sup>18</sup>Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsafamilia/decreto/Decreto\\_no\\_5209\\_de17.09.2004-1.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsafamilia/decreto/Decreto_no_5209_de17.09.2004-1.pdf)>

<sup>19</sup>Sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas sociais do Governo Federal.

Quadro 1 – Etapas execução do PPML



Fonte: Brasil (2014)

Dessa forma, estão postos o discurso e o texto políticos. Na perspectiva do Estado, entrando em ação essa política, muitas mulheres terão a formação necessária para adentrarem no mundo do trabalho. Conforme a Cartilha do Pronatec<sup>20</sup> (p.3):

<sup>20</sup>Disponível em <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cartilha\\_mulheres\\_mil.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf)>

Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã das mulheres pobres em maior situação de vulnerabilidade, o Programa Mulheres Mil cria pontes necessárias para lapidar seu potencial produtivo na perspectiva de melhorar as condições de suas vidas, famílias e comunidades.

Entretanto, de acordo com Ball e Bowe (1992 apud MAINARDES 2006, p. 53),

Políticas são interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais, etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa.

### 3.3 DIALOGANDO COM A PRODUÇÃO SOBRE O MULHERES MIL

Nesta seção apresento algumas pesquisas relacionadas à temática desta dissertação. É um momento de diálogo com os estudos referentes à área de pesquisa pretendida, que permite a abertura de novas possibilidades, limitações e inquietações ao pesquisador. Para alguns autores, esse período do estudo é chamado de Estado da Arte ou Estado do Conhecimento. Para Morosini e Fernandes (2014), é denominado de Estado do Conhecimento. As autoras afirmam (MOROSINI; FERNANDES 2014, p. 155):

(...)estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Discorrem, ainda, acerca do *cópus* de análise, que pode ser constituído a partir de (MOROSINI; FERNANDES 2014, p. 156):

livros – produção amadurecida; teses e dissertações – produção reconhecida junto aos órgãos de avaliação da produção nacional. Banco de todas as teses e dissertações produzidas no país com reconhecimento do governo – CAPES. As monografias constituidoras deste banco são advindas de programas legitimados pela comunidade científica da área. O *cópus* de análise pode ser constituído também por textos advindos de eventos da área, que congregam o novo, o emergente, e, na maioria das vezes, o pensamento da comunidade acadêmica.

Romanowski e Ens (2006, p.39) denominam esse momento do estudo como Estado da Arte e apontam:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a

pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

As autoras destacam a importância dessa etapa da pesquisa, bem como, o tempo que o pesquisador precisa disponibilizar para a leitura do material, a fim de realizar uma análise consistente.

O estado do conhecimento, neste trabalho, foi realizado a partir de pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes. A busca por teses e dissertações ocorreu no período de 01 a 12 de agosto de 2017, com os descritores “Mulheres Mil”, o qual apontou 45 resultados e “Programa Mulheres Mil”, que apontou 36 resultados. A partir das leituras desses 45 resumos, foram selecionados sete trabalhos, por discutirem as categorias com as quais este estudo se propõe a dialogar, a saber: Gênero, Vulnerabilidade Social, Empoderamento Feminino, sob a ótica do Programa Mulheres Mil.

Abaixo, o quadro 2 apresenta o resultado final da busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes:

Quadro 2 – Resultado da busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes

<b>Título</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>
Mulheres, conquistando espaços dentro do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Iguatu	Silvelena Alves de Araújo Oliveira	2014	Faculdades Est - Escola Superior de Teologia
A construção identitária de mulheres: análise das narrativas do livro <i>Mulheres Mil/do sonho à realidade</i>	Silvana Sônia Oliveira da Silva	2014	Universidade São Francisco
As trilhas do empoderamento feminino no IFBaiano-Campus Uruçuca	Jordania Medeiros Coutinho	2015	Universidade Federal da Bahia
Programa Mulheres Mil: Subjetividade, Inclusão e Governabilidade	Carla Renata Capilé Silva	2015	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Identidade de gênero feminino no Programa Mulheres Mil: verdades, poder e subjetivação	Kelly Cristine Ferreira Prado Duarte	2016	Universidade Federal de Goiás
Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Pronatec Mulheres MIL: um estudo de caso	Ari de Araujo Vilar de Melo Filho	2016	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
“Mulheres Mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino	Márcia Ferreira Silverli	2016	Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A seguir, apresento uma síntese dos trabalhos selecionados: seus objetivos, metodologia de pesquisa e considerações dos pesquisadores. A análise desses trabalhos foi um exercício de leitura e organização das ideias. Nesse movimento, abriu-se um leque de possibilidades e caminhos, contribuindo significativamente na construção deste trabalho.

O trabalho de Silvelena Alves de Araújo Oliveira, intitulado: *Mulheres, conquistando espaços dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Iguatu*, do ano de 2014, objetiva avaliar o PMML como política pública desenvolvida no IFCE, especificamente no curso de padeiro oferecido na Instituição. A metodologia utilizada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2006). Como resultado, a pesquisadora apresentou que todas as 50 entrevistadas consideram que o Programa trouxe impactos positivos em suas vidas, embora ainda existam pontos a serem melhorados, como por exemplo, intensificação das aulas práticas. Como o curso investigado era de Panificação, as alunas relataram que tiveram poucas experiências práticas, no “colocar a mão na massa”, nesse caso, literalmente. Também relataram dificuldade de ingresso no mundo de trabalho após a conclusão do curso.

A dissertação de Silvana Sônia Oliveira da Silva, cujo título é: *A construção identitária de mulheres: análise das narrativas do livro Mulheres Mil/do sonho à realidade*, do ano de 2014, tem por objetivo analisar as narrativas de cinco dos 27 depoimentos do livro *Mulheres Mil/do sonho à realidade*, publicado no ano de 2007 pelo MEC, o papel do espaço/lugar enquanto parte da construção identitária das mulheres participantes e as considerações da identidade e do gênero presentes em seus discursos. A partir da análise das narrativas, a autora percebeu que o Programa contribuiu para a elevação da autoestima daquelas mulheres e para a inserção no mundo do trabalho. Porém, para a autora, ainda há um caminho a percorrer para o alcance da autonomia e sugere que as alunas sejam mais ativas nas discussões e decisões gerais das políticas do Programa.

A pesquisa de Jordania Medeiros Coutinho: *As trilhas do empoderamento feminino no IFBaiano – Campus Uruçuca*, de 2015, teve por finalidade identificar as possíveis contribuições do Programa no empoderamento das mulheres que participaram dos cursos no IFBaiano. A coleta de dados se deu por meio de

entrevista às coordenadoras do curso; questionário eletrônico para os professores e membros da equipe multidisciplinar; questionários, grupos focais e entrevistas com dezessete alunas do curso. A partir dos dados coletados, a pesquisadora observou que o curso contribuiu para o empoderamento das participantes do Programa. Mas as alunas relatam que, apesar de estarem qualificadas, não conseguiram ingressar no mundo do trabalho.

A pesquisa de Carla Renata Capilé Silva, *Programa Mulheres Mil: subjetividade, inclusão e governabilidade*, de 2015, teve como objetivo identificar as formas de subjetivação das participantes e se o Programa trouxe rupturas significativas nas condições vida das mesmas, partindo dos pressupostos teóricos de Michel Foucault. A autora analisou os documentos oficiais relativos ao Programa e entrevistou dezenove alunas concludentes dos cursos ofertados no município de Aquidauana/MS. A autora conclui que o Programa contribuiu para que as participantes se sentissem valorizadas, empoderadas e com a autoestima elevada, porém as entrevistadas relataram dificuldades em se inserirem no mundo de trabalho após a conclusão do curso. Muitas relataram não possuírem condições financeiras para comprar os materiais que precisavam para a confecção de produtos e dificuldade em conseguir financiamento ou dinheiro emprestado com conhecidos.

A dissertação de Kelly Cristine Ferreira Prado Duarte, *Identidade de gênero feminino no Programa Mulheres Mil: verdades, poder e subjetivação*, de 2016, analisa como se constitui a identidade de gênero feminino no discurso presente no Programa Mulheres Mil. Como método de análise, utiliza a Análise do Discurso, fundamentada nos pressupostos do teórico Michael Foucault. Trata-se de uma pesquisa documental, baseada nos documentos e portarias referentes ao Programa. A autora considera que a opressão ao gênero feminino ainda persiste na constituição da identidade de gênero no Programa Mulheres Mil. Considera também, a partir da análise dos documentos, que a identidade de gênero da mulher na contemporaneidade está indissociada do trabalho, desconsiderando a pluralidade de mulheres presentes nos discursos de Chambouleyron (2009) e Butler (2015). Alerta, também, para o fato de que os cursos profissionalizantes ofertados geram uma mão de obra barata, que atende a economia do país e passa para a sociedade a imagem de que o governo se preocupa com a população excluída quando, na verdade, quer apenas diminuir os índices negativos. Ou seja, de acordo com a autora, trata-se de

uma melhoria muito pequena, que atende apenas às necessidades do governo. Atenta, ainda, para o destaque dado à inserção das mulheres no mundo de trabalho, o que, para a autora, não resolve o processo de exclusão que constitui a identidade das mesmas. Para a autora, o Programa até colabora com a elevação da autoestima das mulheres, como proposto nos documentos, mas ele ainda deve ser melhorado em aspectos, tais como, uma postura governamental que busque proporcionar uma mudança real na vida delas, pois, segundo a autora, o governo não espera muito dessas mulheres, almeja que elas ocupem os postos de trabalhos pretendidos, pois se não fosse o Programa nem estes postos elas conseguiriam. Dessa forma, as próprias mulheres internalizam esse discurso e o reproduzem, haja vista que elas mesmas não acreditam no seu potencial.

O trabalho de Ari de Araujo Vilar de Melo Filho, *Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Pronatec Mulheres Mil: um estudo de caso*, de 2016, teve como objetivo avaliar a implementação do Programa Mulheres Mil na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à luz do modelo de anatomia do processo geral de implementação e seus subprocessos e sistemas. O *cópus* de análise foi composto por pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com coordenadores, supervisores e apoiadores administrativos e acadêmicos. O autor utiliza o sistema desenvolvido por Draibe (2001) - sistema gerencial e decisório, processos de divulgação e informação, sistemas de seleção, sistemas de capacitação, sistemas internos de monitoramento e avaliação e sistemas logísticos e operacionais - para avaliar a institucionalização do Programa. Para análise das entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo, a partir da teoria de Bardin (1988). Nas considerações finais, o autor destaca que a implementação do Programa tem se apresentado como um desafio para as instituições envolvidas, tanto secretarias municipais quanto as escolas. A partir da análise proposta por Draibe (2001), o autor aponta que a implementação do Programa trata-se de um processo complexo e dinâmico. O autor sugere algumas atitudes visando melhorar a execução do Programa, a saber: Oportunizar e fomentar a verticalização da escolaridade, por meio de oferta de cursos complementares; Disponibilização de equipe multidisciplinar para atendimento das demandas da modalidade Mulheres Mil; Desenvolvimento de tecnologia de incubação de empresas, para dar assessoria às

iniciativas empreendedoras das beneficiárias, conforme recomendação do marco legal do Programa; dentre outras.

O estudo de Márcia Ferreira Silverli: *“Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino*, de 2016, pretende avaliar a percepção das beneficiárias acerca dos efeitos do Programa, no quesito empoderamento feminino. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário semiestruturado, aplicado a 19 mulheres concluintes do curso oferecido no Câmpus Cuiabá – Bela Vista e São Vicente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Como resultado, apontou que, na percepção das beneficiárias, o Programa não apresentou efeito sobre o empoderamento feminino nas três dimensões abordadas pela pesquisa, a saber: psicológica, econômica e legal/política/social. Conforme a autora, o empoderamento não foi atingido, porque o Programa não despertou uma visão crítica nas perspectivas pessoais, culturais e regras de gênero, resultando um efeito neutro como política de inclusão social e equidade. Ressalta que, há percepção positiva em alguns aspectos categorizados, mas que apresentam resultados diferentes, pois cada pessoa reage diferente a um estímulo, e, dessa forma, não há receita de bolo para uma política de sucesso.

Das sete dissertações analisadas, é possível inferir que o Programa, em geral, contribuiu positivamente na vida das mulheres que concluíram os cursos. Em todos os trabalhos, observamos que as mulheres, de alguma forma, passaram por transformações em suas vidas. Muitas, não imaginavam ter capacidade de estudar em uma Instituição Federal. Outras, não se viam capazes de aprenderem um ofício. Para algumas, o simples fato de sair de casa para estudar, ainda que não se inserissem no mundo do trabalho após a conclusão do curso, já foi motivo suficiente para sentirem-se empoderadas e donas de suas histórias.

Os discursos acessados, a partir dos documentos oficiais do Programa, sinalizam sentidos, tais como, criação de oportunidade de capacitação profissional, visando melhorar as condições de vida das mulheres e de suas famílias. Mas será que cursos de 160h realmente conseguem propiciar um conhecimento que inclua, efetivamente, estas pessoas no mundo do trabalho? Conforme exposto, Silva (2015), Duarte (2016), Silverli (2016), Coutinho (2015) e Oliveira (2014), apontam que o Programa tem caráter excludente, visto que proporciona uma formação rasa,

que as mantém a margem da sociedade e em profissões pouco valorizadas, além de dificuldades de ingresso no mundo do trabalho. No entanto, não podemos deixar de considerar que os referidos estudos que apontam os benefícios que a participação no PMML proporciona para essas mulheres.

Empoderamento, autonomia e autoestima elevada, são fatores comuns que se destacam nos estudos do Programa, discutidos anteriormente. É o ponto de partida, para que se sintam motivadas a seguirem em frente, seja no mundo do trabalho, seja em uma universidade, se assim desejarem.

### 3.4 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CÂMPUS PELOTAS

O Câmpus Pelotas foi fundado em 1917, como Escola de Artes e Offícios, voltada à educação profissional de meninos pobres. Em 1930, foi instituída a Escola Technico Profissional. Em 1942, o prédio foi demolido e construída a Escola Técnica de Pelotas (ETP), primeira e única no Estado do Rio Grande do Sul. Em 1959, a ETP passou a ser autarquia, chamada Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL). Em 1999, a ETFPEL transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET), onde além de oportunizar Cursos Técnicos de Nível Médio, passou a viabilizar, também, Cursos Superiores e de Pós-Graduação. Em 2008, foi criado, a partir do CEFET, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Atualmente o IFSul – Câmpus Pelotas atende, em média, a 4.600 alunos e conta com nove cursos técnicos, sete cursos superiores, quatro cursos de especialização e dois cursos de mestrado<sup>21</sup>.

Entre os anos de 2012 a 2015, o Programa Mulheres Mil foi viabilizado no Câmpus Pelotas, com cursos de três meses de duração<sup>22</sup>, totalizando oito turmas formadas. Cada turma tinha vinte a trinta alunas, à exceção da primeira turma, a qual foram disponibilizadas 54 vagas. Neste período, o Câmpus Pelotas oportunizou um total de 251 vagas<sup>23</sup>.

Como descrito acima, o Programa, que estava inserido no conjunto de políticas públicas do Governo Federal, dispunha de recursos disponibilizados pelo

---

<sup>21</sup>Disponível em: <<http://pelotas.ifsul.edu.br/institucional/o-campus-pelotas>>

<sup>22</sup>Informações obtidas por meio de conversa informal com uma das gestoras do Programa no Câmpus Pelotas.

<sup>23</sup>Em conversa informal com a gestora do Programa, foi informado que o percentual de desistências não é um dado relevante. As evasões foram pontuais e por motivos aquém da vontade das mulheres, tais como: doenças e internações dos filhos relacionadas a uso de drogas, prisão dos maridos, etc.

MEC aos Institutos que tivessem interesse em aderir. Em 2012, a gestão sinalizou possibilidade de o Programa ser viabilizado no Câmpus. A direção precisava de alguém que tivesse interesse em coordenar o projeto, para assim comprometer-se com o MEC. Assim, três servidoras da instituição idealizaram a institucionalização do PMML, por meio de um Projeto de Extensão, o qual foi apresentado e aprovado pela Direção Geral. Dessa forma, após a certeza da viabilidade do Programa, foi formada a equipe multidisciplinar, que contava com servidores da instituição; buscou-se parceria com as universidades locais para completar a equipe multidisciplinar e o Programa Mulheres Mil foi instituído no Câmpus Pelotas.

Neste período, foram promovidos os cursos de Cuidadora de Idosos, Empregada Doméstica, Auxiliar de Educação Infantil, Cartonageira e Pintora de Obras. As aulas eram ministradas no turno da noite, três vezes por semana. No horário de verão, das 18h30 às 21h, no horário de inverno das 18h30 às 20h30. As alunas recebiam um benefício de R\$ 12,00 por dia de aula. Às alunas da primeira turma, foi possível que jantassem<sup>24</sup> no refeitório do IFSul. Entretanto, esse benefício não foi concedido às turmas posteriores, em função de restrições orçamentárias. De acordo com a coordenadora do Programa, o fato de elas jantarem no mesmo espaço dos estudantes do IFSul, embora em horário diferenciado, fazia com que sentissem importantes e inseridas no meio acadêmico, além de, para muitas, ser a refeição mais completa do dia.

Abaixo, o quadro 3 mostra que cursos foram disponibilizados no Câmpus Pelotas entre os anos de 2012-2015.

Quadro 3 – Cursos disponibilizados no Câmpus Pelotas

Curso	Ano
Cuidadora de Idosos	2012, 2013, 2014, 2015
Empregada Doméstica	2013
Cartonageira à mão	2014
Pintor de Obras	2014
Cuidadora Infantil	2014

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017)

<sup>24</sup>Este benefício é concedido aos estudantes do IFSul, por meio de avaliação socioeconômica; regularmente matriculados; com aprovação de, no mínimo, 50% nas disciplinas e frequência mínima de 75%, sobre a carga horária total do semestre. O benefício é renovado, ou não, a cada início de semestre.

Até 2014, os profissionais trabalhavam no Programa de forma voluntária. Quando o Programa passou a fazer parte do Pronatec, a seleção de professores era feita por meio de edital. Em diálogo informal com a gestora do curso, foi relatado que a maioria dos professores que ministravam aulas de forma voluntária continuaram no Programa mediante a seleção por Edital, que pontuava quem tivesse experiência no Programa enquanto voluntários. Com o Pronatec, os professores recebiam auxílio de R\$ 50,00 por hora-aula.

A divulgação dos cursos era feita por meio de edital de seleção de estudantes, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos ônibus da cidade de Pelotas; de acordo com a coordenadora, a divulgação no transporte público atraiu muitas alunas.

A seleção das alunas era feita no Câmpus, pela assistente social, por meio de preenchimento de questionário socioeconômico e entrevista. A entrevista constituía-se em um diálogo informal, em que se observava a situação financeira da candidata, se era vítima de violência, se havia disposição e vontade de fazer uma mudança em sua vida. Se, porventura, a candidata escolhesse um curso e durante a entrevista se percebesse que aquele curso não tinha o perfil da aluna, a mesma era direcionada para um curso mais afim, em comum acordo<sup>25</sup>.

Segundo a coordenadora, a metodologia utilizada - Acesso, Permanência e Êxito - propiciava a permanência das alunas até o final dos cursos.

A última turma de alunas do Programa no Câmpus Pelotas foi no ano de 2015, pois o MEC argumentou falta de recursos, embora o PMML continuasse sendo ofertado no Norte e Nordeste do país. De acordo com o setor de extensão do Câmpus, a procura pelos cursos foi intensa, após a última turma formada. Muitas mulheres demonstravam interesse em se matricular nos cursos e se decepcionavam ao saber que os mesmos não estavam mais sendo oportunizados. Além disso, muitas pessoas entravam em contato com a instituição para buscar indicações de mulheres para trabalhar, principalmente como cuidadoras de idosos.

No ano de 2018, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) do IFSul lançou o edital n.º 05/2018<sup>26</sup>. Tratava-se de um processo de seleção de duas propostas, para os câmpus que tivessem interesse por cursos de formação inicial e

---

<sup>25</sup>Relatado por umas das gestoras do PMML, em conversa informal.

<sup>26</sup>Disponível em < <http://editais.ifsul.edu.br/index.php?c=lista&id=920>>

continuada. Os cursos seriam custeados com recursos do Instituto. O edital recebeu o nome de “Programa Ana Terra”, e teve como objetivo a retomada da metodologia do PMML. As propostas dos câmpus Pelotas e Venâncio Aires foram selecionadas.

No câmpus Venâncio Aires, o curso selecionado foi o de Vendedora e no câmpus Pelotas foi o de Cuidadora de Idosos. As alunas receberam uma bolsa no valor total de R\$ 250,00 e a duração do curso foi de três meses.

O câmpus Pelotas, por meio de recursos próprios, disponibilizou 10 vagas, além das 26 disponibilizadas pela PROEX, totalizando 36 matrículas e ampliou o público alvo: poderiam se inscrever mulheres, mulheres cisgênero<sup>27</sup>, mulheres transgênero<sup>28</sup> e travestis<sup>29</sup>. A equipe que atuou no câmpus Pelotas, cujo trabalho foi totalmente voluntário, envolveu servidores, terceirizados, alunos, além de pessoas que tinham alguma ligação com integrantes da equipe que estava envolvida no projeto.

A coordenadora e idealizadora do Programa Ana Terra no câmpus Pelotas foi a mesma quem coordenou o PMML. Durante todos os dias de aula havia a equipe multidisciplinar, composta por psicóloga e enfermeira, prontas para dar atendimento às alunas que necessitassem. E, conforme o relato da gestora, houve atendimento em todos os dias de aula.

A convite da gestora, participei da aula inaugural do Programa Ana Terra. Na cerimônia estavam presentes a equipe que iria atuar, pró-reitores e representantes da direção geral do câmpus Pelotas. Após a cerimônia, as alunas foram chamadas uma a uma a comparecerem, à frente do auditório, para receberem um bônus personalizado, uma pequena caderneta, e as boas-vindas do Reitor. Neste instante, pude perceber a emoção que as mesmas sentiam. Tímidas, muito tímidas. Muitas com sorrisos nervosos, pareciam não acreditarem que ali estavam, prestes a iniciarem um curso de formação continuada no IFSul.

Nesta ocasião, o atual Reitor comprometeu-se em manter os cursos no câmpus Pelotas, por meio de recursos próprios. Embora o cenário político atual não favorecesse tal promessa, visto os inúmeros cortes orçamentários que a educação

---

<sup>27</sup>Cisgênero – indivíduo que identifica o seu gênero com o seu sexo biológico.

<sup>28</sup>Transgênero – indivíduo que não identifica seu gênero com o seu sexo biológico.

<sup>29</sup>Travesti – indivíduo que não se identifica com o gênero biológico e se veste e se comporta como pessoa de outro sexo.

vem sofrendo no período atual. Ainda, assim, na conclusão deste texto, o edital para a seleção de novas alunas, estava sendo aguardado.

## 4 SEGUINDO PISTAS – CATEGORIAS EM DESTAQUE

A partir da imersão dos documentos referentes ao Programa, da pesquisa em estudos sobre o mesmo, nas entrevistas realizadas, algumas categorias se destacaram. Uma política voltada exclusivamente às mulheres perpassa por uma forte questão de Gênero, de Empoderamento, visto que é específica àquelas que sofreram ou sofrem qualquer tipo de violência doméstica, que têm baixa autoestima e que vivem em situação de vulnerabilidade.

A categoria Vulnerabilidade mereceu atenção, pois é um dos critérios de seleção das alunas, porém, em nenhum momento, foi atribuído um sentido específico a esse significante nos documentos oficiais. Assim, apresento, nesta seção, as categorias que se destacaram ao longo deste estudo.

### 4.1 DESCOBRINDO O EMPODERAMENTO

Conforme Costa (2010), empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. O termo, muito utilizado hoje pelos movimentos sociais como sinônimo de emancipação social, teve origem na Reforma Protestante, no séc. XVI (BAQUERO, 2012). Ainda, de acordo com a autora, a inexistência do termo “empoderamento” na língua portuguesa e a diversidade de sentidos do termo “apoderamento”, ilustram a dificuldade de realizar a tradução fidedigna de *empowerment* para o nosso idioma. Os debates que circundam o termo indicam duas dimensões essenciais a serem consideradas: a educativa e a política.

O empoderamento pode se dar nos níveis: individual - habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais; organizacional - mobilização participativa de recursos e oportunidades em determinada organização; e comunitário - quando a estrutura das mudanças sociais e a estrutura sociopolítica estão em foco (BAQUERO, 2012 p.176).

Na área da educação, o pioneiro no uso do termo foi o educador Paulo Freire. Para ele, a libertação é um ato social (FREIRE; SHOR 1986, p.71). Segundo o autor, de nada adianta o sujeito empoderar-se no nível individual, se não for capaz de transformar a sociedade. Ainda, (FREIRE; SHOR 1986, p.72):

A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta.

Nesse mesmo sentido, dialogando com Freire e Shor (1986), Léon (2001, p. 97 apud SARDENBERG 2009, p. 3) contribui, discorrendo que:

O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Deve ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança.

Baquero (2012, p. 183), alerta que o termo empoderamento como categoria de análise, vem sendo utilizado junto a conceitos, tais como, capital social e competência comunitária, entre outros, de forma pouco rigorosa e, muitas vezes, ambígua, em diferentes campos de conhecimento e práticas sociais.

O empoderamento feminino se dá a partir de tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais. Vai além da questão do gênero, exige uma tomada de consciência política, cultural e social. É um processo de reflexão na luta pela emancipação.

Sardenberg (2009, p.2) reitera que “o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação”. Ainda, conforme a autora, “O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.” (SARDENBERG 2009, p.2).

A autora apresenta alguns pontos importantes do empoderamento feminino, sob o ponto de vista de Mosedale (2005), os quais enriquecem a discussão acerca de empoderamento neste trabalho (MOSEDALE, 2005, p. 243-244 apud SARDENBERG 2009, p.3-4):

- a) para se “empoderar” alguém ter que ser antes “desempoderado” – ex: as mulheres enquanto um grupo;
- b) ninguém “empodera” outrem – isto é, trata-se de um ato autorreflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto);
- c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de levá-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas;

d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente.

A Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres e o Pacto Global<sup>30</sup> desenvolveram e publicaram os Princípios de Empoderamento das Mulheres. Os princípios foram desenvolvidos no intuito de auxiliar as empresas a agregarem ações que visem à equidade de gênero e o empoderamento das mulheres. Os princípios são<sup>31</sup>:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Diante do exposto, observamos o PMML, como uma política que busca o empoderamento feminino. Embora a palavra empoderamento, não esteja definida

---

<sup>30</sup>Foi lançado em 2000, pelo secretário executivo das Nações Unidas, Kofi Annan. Originou-se da necessidade de mobilizar a comunidade empresarial do mundo para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos em suas práticas de negócios. É uma parceria entre a ONU e o setor privado. Os integrantes do Pacto têm o compromisso com dez princípios: 1.As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; 2.Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos; 3.As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; 4.A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; 5.A abolição efetiva do trabalho infantil; 6.Eliminar a discriminação no emprego; 7.As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; 9.Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis e 10.As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

<sup>31</sup>Disponível em:<<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamentodasmulheres/>>

nas diretrizes do Programa, permeia as mesmas a todo o instante, quando tratam da igualdade de gênero, acesso à educação e combate à violência contra a mulher.

#### 4.2 NA TRILHA DA QUESTÃO DE GÊNERO

Se observarmos a trajetória das mulheres ao longo da história, podemos perceber que, desde sempre, a mulher precisou lutar para conseguir ocupar um espaço na sociedade. Conforme Louro (1997), mais fortemente no final do séc. XIX, podemos falar em *feminismo* como um movimento social organizado. Destaca, ainda, (LOURO, 1997 p.15):

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo.

Conforme Puleo (2004), Gênero é um conceito construído pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina. Dentre as várias autoras que discutem o conceito Gênero, temos Rubin (1993 apud FRANÇA, 2012), antropóloga norte-americana, e para ela o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e, na qual, estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.

Já para a historiadora estadunidense Scott (1995, p.86), a definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos "O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder". Para Scott, as questões: *como o gênero funciona nas relações sociais humanas* e *como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico*, só podem ser respondidas a partir de uma discussão de gênero como categoria de análise. A autora afirma, também, que as abordagens nas análises de gênero se resumem a três posições teóricas, a saber: a primeira, tentativa feminista, em explicar as origens do patriarcado; a segunda, marxista, busca um compromisso com as críticas feministas; a terceira, dividida entre o pós-estruturalismo francês e as

teorias anglo-americanas de relação do objeto, tenta explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Butler (2003, p.25), filósofa, também estadunidense, conceitua gênero:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem que designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo-cultural pelo qual a "natureza sexuada" ou um "sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura.

Para Soares (2004, p.113), em consonância com o conceito de Butler (2003), gênero "se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres". Para a autora, gênero é um termo relacional, nomeia a interação entre o feminino e o masculino; o *ser* homem tem um *status* maior do que o *ser* mulher. Ainda, ressalta, que gênero, como categoria de análise, tem grande poder para explicar as desigualdades entre os indivíduos.

Ultimamente podemos observar muitas ações na defesa da igualdade de gênero. No âmbito internacional temos, por exemplo, a criação da ONU Mulheres<sup>32</sup>, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Conta com seis áreas prioritárias de atuação, a saber: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; fim da violência contra mulheres e meninas; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; normas globais e regionais. No Brasil, a criação da Lei nº 11.340, de 2006, popularmente conhecida como "Lei Maria da Penha", que visa criar mecanismos que coíbam a violência doméstica e familiar contra a mulher; a criação da Lei nº 13.104, de 2015, que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos; A Islândia<sup>33</sup> aprovou uma lei, que entrou em vigor em janeiro de 2018, a qual exige a igualdade salarial entre homens e mulheres; dentre outros movimentos observados mundialmente.

---

<sup>32</sup>Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>

<sup>33</sup>Disponível em: <<https://istoe.com.br/islandia-cria-lei-de-igualdade-salarial-entre-homem-e-mulher/>>

Conforme Godinho (2004), desde os anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil reivindica que os governos elaborem e atuem na construção de políticas públicas tendo como foco as mulheres como cidadãos. Neste sentido, a autora argumenta que (GODINHO 2004, p.55):

Um primeiro desafio a ser enfrentado na implementação de políticas públicas e na organização geral do Estado é interferir na pretensa “neutralidade” deste como proponente e articulador de uma ação política. E aqui estamos nos referindo a esta suposta “neutralidade” sob uma perspectiva de gênero. Ou seja, se cabe ao poder público modificar as desigualdades sociais, é preciso garantir que esta alteração também seja encarada de um ponto de vista de gênero, alterando relações de poder e o acesso a direitos em sua dimensão social e política.

Entendendo o Programa Mulheres Mil como uma política pública voltada, exclusivamente, para as mulheres que, dentre outros objetivos, defende a igualdade de gênero, é possível inferir, que o esperado, a partir do momento em que elas entram no curso, abra-se um leque de possibilidades de transformação em suas vidas. Seja na elevação da autoestima, seja na possibilidade de aprender um ofício, seja no simples ato de fazerem algo por elas próprias. Assim, podemos esperar que esta política crie oportunidades para o empoderamento feminino, de diálogo sobre gênero e de valorização da mulher.

Ainda, conforme Godinho (2004, p.55):

O entrecruzamento entre gênero, classe e raça-etnia na construção das relações de desigualdade embasa a compreensão de que as políticas de gênero que tenham pretensão de propiciar alterações de médio e longo prazo nesta realidade devem, necessariamente, trabalhar na tensão entre políticas gerais e específicas. Cada vez mais, o aumento da concentração de renda, a criação dos bolsões de miséria, a desestruturação dos serviços públicos, encontra as mulheres como público mais atingido.

Para a autora, é fundamental que se criem condições concretas, que possibilitem a reversão da situação de desigualdade na qual se encontram.

Silveira (2004, p. 66), discorre que:

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc.

A autora (Silveira 2004, p.68) argumenta, ainda:

resgatar as mulheres como sujeito das políticas, implica construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis.

Notamos, no PMML, um esforço em possibilitar o acesso à educação às mulheres que não o tiveram na idade regular, por inúmeros motivos. Podemos afirmar que se trata de uma política de gênero. Dentre os tantos discursos presentes no texto dessa política, um dos poucos pontos em que, dificilmente, ela seria reinterpretada é este: o PMML é restrito às mulheres. No entanto, no Edital do Programa Ana Terra<sup>34</sup>, que utiliza a metodologia do PMML, o público foi ampliado para indivíduos que se identificassem com o gênero feminino, o que não está previsto no texto político. Dessa forma, isso exemplifica, uma reinterpretação da política no contexto da prática.

#### 4.3 OS CAMINHOS DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Os textos políticos estão carregados de palavras sem conceito definido, esvaziadas de significado. A palavra Vulnerabilidade perpassa por muitos desses textos, sem uma definição do que seria “estar vulnerável”. Não é objetivo deste trabalho esgotar o conceito de Vulnerabilidade. Serão apresentadas algumas definições, na perspectiva de diferentes autores, no intuito de atribuir sentidos para o conceito de “Vulnerabilidade”, tão utilizado nos textos políticos.

Para Katzman (1999), a Vulnerabilidade é entendida como o desajuste entre ativos<sup>35</sup> e a estrutura de oportunidades, proveniente da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais.

Busso (2001 apud CANÇADO; SOUZA; CARDOSO 2014, p.2), conceitua vulnerabilidade como “a debilidade dos ativos, que indivíduos, famílias ou grupos

---

<sup>34</sup>Vide seção 3.4 O PROGRAMA MULHERES MIL NO CÂMPUS PELOTAS.

<sup>35</sup>Para o autor “ativos” o conjunto de recursos materiais e imateriais que indivíduos e famílias buscam para melhorar seu desempenho econômico e social.

dispõem para enfrentar riscos existentes, os quais implicam a perda de bem-estar”. Neste sentido, o autor dialoga com o conceito proposto por Katzman (1999).

Vignoli (2001, p. 2), entende Vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes.

O Atlas da Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>36</sup> - plataforma de consulta ao índice de Vulnerabilidade Social dos estados e cidades brasileiras (BRASIL, 2017) -, alimentado com dados do Censo e da Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mede o índice de Vulnerabilidade, a partir de 16 indicadores organizados em três dimensões como mostra o Quadro 5. O Atlas apresenta uma breve revisão de literatura a fim de conceituar Vulnerabilidade nas perspectivas de Robert Castel (1998) e Caroline Moser (1998).

Castel (1998) refere-se à Vulnerabilidade Social como produto da precária inserção dos indivíduos na sociedade salarial – a qual engendra riscos sociais específicos – Moser (1998) e demais autores vinculados ao Banco Mundial entendem tal condição como um déficit dos indivíduos ou das famílias, que aparentemente não tem relação com a organização da sociedade capitalista, de mercado e salarial, e cuja superação depende, ou da obtenção de ativos ou da melhor utilização dos ativos disponíveis. Vulnerabilidade, de acordo com o Atlas, decorre de processos sociais amplos, contra os quais o indivíduo sozinho não possui meios para agir e cujos rumos só o Estado, através de políticas públicas, tem condições de alterar. Dessa forma, Vulnerabilidade Social, na perspectiva do Atlas, diz respeito à ausência ou insuficiência de ativos, expostos no quadro 4, que podem em grande medida ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional.

---

<sup>36</sup>Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt>>

Quadro 4 – Dimensões que formam o Índice de Vulnerabilidade Social

Infraestrutura Urbana	Coleta de lixo Água e esgoto adequados Tempo de deslocamento casa-trabalho
Capital Humano	Mortalidade Infantil Crianças 0 a 5 anos fora da escola Não estudam, não trabalham e baixa renda Crianças 6 a 14 anos fora da escola Mães jovens (10 a 17 anos) Mãe sem Ensino Fundamental + filhos até 15 anos Analfabetismo Crianças em domicílio em que ninguém tem o Ensino Fundamental completo
Renda e Trabalho	Renda menor ou igual a R\$255,00 Baixa renda e dependente de idosos Trabalho infantil Desocupação Ocupação informal sem Ensino Fundamental

**Fonte:** Elaborado pela autora através dos dados do IVS (2017).

Temos, ainda, a definição do Dicionário Aurélio (2001), trazendo que o verbete “vulnerável” diz do ponto pelo qual alguém ou algo pode ser atacado.

De acordo com Kowarick (2002), a Vulnerabilidade pode ser socioeconômica ou civil. Ainda, ressalta que, no Brasil, observam-se dificuldades históricas de expansão dos direitos humanos.

a vulnerabilidade socioeconômica seria gerada por formas precárias de trabalho e um sistema de proteção social restrito e incompleto, enquanto a vulnerabilidade civil se daria em virtude da incapacidade do Estado em controlar a violência policial e dos bandidos. Afirma ainda que a problemática da questão social brasileira emana desde sua formação econômica.

Monteiro (2011) argumenta que (MONTEIRO 2001 apud PASSOS; ROSA 2015 p. 251):

a vulnerabilidade social está relacionada ao desequilíbrio e à carência e engloba três categorias: os ativos, que são os recursos materiais e socioculturais que possibilitam aos indivíduos se desenvolverem na sociedade, tais como, trabalho, lazer, cultura e educação; o conjunto de oportunidades procedentes do âmbito social, concedidas pelo mercado, Estado e sociedade; e as estratégias, definidas como as formas através das quais os indivíduos usam os ativos para construir mudanças estruturais de um dado contexto social.

Assim sendo, para o autor, a inexistência de tais elementos caracteriza a condição de vulnerabilidade.

Dada a pluralidade de sentidos atribuídos ao significante “Vulnerabilidade” compreende-se, neste estudo, em acordo com Bruseke (2006), que “estar vulnerável” refere-se a um grupo de fatores, sobrepostos de diversas maneiras e em várias dimensões, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências. Para Bruseke (2007), “o discurso do risco é uma maneira de se comunicar num campo de eventos contingentes”. Tal categoria é sempre, para o homem, uma ameaça hipotética.

Um dos critérios de seleção do PMML é a mulher estar em situação de vulnerabilidade social. A partir do exposto, é possível inferir que a vulnerabilidade, tratada nos documentos referentes ao PMML, dá-se tanto no nível social quanto econômico.

## 5 DESVENDANDO OS SENTIDOS DO PROGRAMA MULHERES MIL

A cada seleção de alunos em programas de pós-graduação, nascem novos pesquisadores e, com eles, muitas expectativas relacionadas às suas pesquisas. É chegado o momento de fazer escolhas. Definir o objeto de pesquisa, a metodologia, o meio pelo qual serão coletados os dados e o método cujos materiais serão analisados. O percurso é desafiador e, por vezes, esse novo pesquisador angustia-se em meio a tantas possibilidades e incertezas. Dentre inúmeros caminhos, nesta pesquisa, o método escolhido para o tratamento das entrevistas realizadas foi a Análise Textual Discursiva, como exposto anteriormente, na seção 2.3.

Na seção que segue, será apresentado ao leitor o resultado de todo o esforço e dedicação dispensados a esta pesquisa. Apresentamos os pressupostos teóricos utilizados na análise das entrevistadas, o conteúdo analisado e a maneira como este foi organizado no presente trabalho.

### 5.1 EXPLORANDO A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA

Moraes (2003, p.192) discorre que a Análise Textual Discursiva compreende um processo auto-organizado de compreensão em que, novos sentidos, revelam-se a partir da sequência de: desconstrução dos textos do *córpus*, ou seja, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitarizados, quer seja, a categorização e o captar do novo emergente em que a nova compreensão é validada.

Conforme Moraes (2003, p. 191), para utilizar o método de ATD, organizam-se os argumentos em torno de quatro focos: o primeiro seria a desmontagem dos textos, analisando os materiais detalhadamente, fragmentando-os a fim de atingir unidades constituintes; o segundo seria a categorização, ou seja, relacionar as unidades bases, combinando-as, classificando-as de modo a compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de um conjunto mais complexo: as categorias; o terceiro advém do trabalho dos dois focos anteriores, que possibilitam uma compreensão renovada do todo - o metatexto - resultante desse processo, representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores; o quarto constitui um processo auto-organizado do qual emergem novas compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser

previstos previamente. Mesmo assim, é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência do novo possa concretizar-se.

Ainda de acordo com o autor (2003, p. 193):

A análise textual discursiva tem se mostrado especialmente útil nos estudos em que as abordagens de análise solicitam encaminhamentos que se localizam entre soluções propostas pela análise de conteúdo e a análise de discurso.

Conforme Moraes (2003, p.191):

a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

Ademais, para o autor (MORAES, 2003 p.192), a análise qualitativa atua com significados desenvolvidos a partir de um conjunto de textos e o aparato textual consiste em significantes para os quais o analista precisa atribuir sentidos e significados.

Nesse sentido, a partir da interpretação, subjetiva, pretendemos compreender os sentidos do PMML, presentes na transcrição das entrevistas realizadas, por meio da Análise Textual Discursiva, sob a ótica de Moraes (2003) e Moraes e Galiazzi (2006).

## 5.2 SENTIDOS DO PROGRAMA MULHERES MIL

Após a fase de transcrição, as entrevistas foram impressas para que pudessem ser manuseadas e feitas as anotações, ou seja, começasse a fase a que Moraes (2003) denomina de *Desmontagem do texto*. Neste momento, foi importante a contribuição de Guerra (2006 p.70) na análise e tratamento do material, recomendando que:

resume-se a entrevista nas margens esquerda e direita do papel: durante a leitura, registra-se na margem esquerda uma pequena síntese da narrativa (análise temática) e na margem direita a relação mais conceptual com o modelo de análise (análise problemática).

Conforme (MORAES; GALIAZZI 2006, p. 118):

Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização.

Dessa forma, foi organizado o material de análise. Essa etapa de leitura, releitura e unitarização, foi um exercício de interpretação, de reflexão, um momento único, subjetivo, mas de forma alguma solitário, afinal, impossível estar só quando se têm em mãos quatro narrativas carregadas de sentidos e singularidades.

Assim, a partir da desmontagem do texto, alguns significados foram compreendidos. O quadro abaixo foi organizado articulando os significados semelhantes em um processo denominado de unitarização (MORAES; GALIAZZI, 2006). Essas unidades, que emergiram em todas as entrevistas, foram criadas a partir das falas das alunas pesquisadas. Conforme já descrito acima, optei por nomear as entrevistadas com nomes de pedras preciosas, pois assim as considero: mulheres especiais, raras e com luz própria.

Quadro 5 – Demontagem do Texto Unitarização

Unidades De Análise	Entrevistadas			
	Diamante	Rubi	Ametista	Esmeralda
Curso	Cuidadora de Idosos e Cartonageira.	Empregada Doméstica e Cartonageira.	Cuidadora de Idosos.	Cuidadora de Idosos.
Infância	Perdeu a mãe aos nove anos.	Estudou até os catorze anos.	Com nove anos trabalhava com o pai em obras.	Infância na Argentina. Estudou em Escola de Freira, em regime de internato.
Filhos	Duas filhas.	Um filho e uma filha.	Dois filhos.	Um filho e uma filha.
Estado Civil	Solteira.	Casada.	Casada.	Casada.
Escolaridade	Estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental.	Ensino Fundamental Completo.	Ensino Médio Completo.	Ensino Superior Completo.
Trabalho	Trabalha desde os nove anos.	Trabalha desde os catorze anos.	Trabalha desde os nove anos.	Começou a trabalhar na faixa dos 55 anos.
Experiência Profissional	Trabalhou em fábrica, casa de família e artesanato.	Trabalhou com venda de roupas, artesanato e casa de família.	Trabalhou em obra, casa de família e cuidadora de idosos.	Trabalhou como cuidadora de idosos.
Atividade Remunerada	Aposentada com salário mínimo. Trabalha com artesanato.	Diarista e Artesanato.	Aposentada como Servente pela Prefeitura de Pelotas. Proprietária de um Lar de Idosos.	Cuidadora de Idosos.
Descoberta do PMML	A filha que estudava no IFSul a informou sobre o curso.	A irmã viu no Site do IFSul e a incentivou a fazer o curso.	O irmão viu a notícia do curso no jornal e a informou.	O marido viu a notícia do curso no jornal e a informou.
Motivos para inscrever-se no curso	Havia se aposentado há pouco tempo. Não queria ficar parada. Gosta de estudar.	Estava desempregada.	Trabalhava cuidando idosos. Buscou qualificação profissional.	Estava desempregada.
Experiências Marcantes	Depoimentos do Mapa da Vida.	Depoimentos do Mapa da Vida.	Depoimentos do Mapa da Vida.	Quando foi informada por uma das gestoras do curso que seu filho, desaparecido em SP, havia sido encontrado.
Autoestima	Relata mudanças psicológicas positivas.	Sente que o curso a auxiliou no aspecto pessoal.	Relata que o curso propiciou autoconhecimento.	Relata que o curso foi a sua “salvação”.

Após o processo de unitarização, realizamos a categorização. Neste momento, as unidades foram agrupadas em categorias.

Sobre o processo de Categorização, (MORAES; GALIAZZI 2006, p. 118):

Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos.

Dessa forma, apresento o quadro 6, com as unidades de análise agrupadas em categorias. As categorias emergiram a partir do agrupamento das unidades de sentido análogo, da minha interpretação, a partir do relato das entrevistadas, em diálogo com as discussões realizadas nos capítulos anteriores, no referencial adotado neste estudo, conforme descrito abaixo.

Quadro 6 – Categorização

<b>Unidades de Análise</b>	<b>Categorias</b>
Infância	Trajetória de vida Pessoal
Estado Civil	
Filhos	
Nível de Escolaridade	Trajetória de vida Profissional
Trabalho	
Experiência Profissional	Renda Familiar Atual
Atividade Remunerada	
Descoberta do PMML	O PMML
Motivos para inscrever-se no Curso	
Experiências Marcantes	
Autoestima	

Sobre a categoria Trajetória de Vida Pessoal e Profissional, na política, a partir da discussão realizada do Contexto de Influência e de Produção de Texto, a

intencionalidade era que o curso fosse disponibilizado às mulheres em situação de extrema pobreza, vítimas de violência física, sexual ou psicológica. No câmpus Pelotas, no Contexto da Prática, ou seja, a política construída e vivenciada pelos sujeitos foi ressignificada. Citamos, por exemplo, o fato de que nem todas as mulheres cumpriram os quesitos para o preenchimento da vaga. Diamante se encaixava no perfil de vulnerabilidade econômica, vivia e ainda vive em situação de dificuldade financeira, apesar de perceber rendimento de sua aposentadoria referente a um salário mínimo. Rubi, no momento em que buscou o curso, estava desempregada, mas possuía casa própria, mantinha o casamento há muitos anos com o pai de seus filhos e não mencionou ter sofrido qualquer tipo de violência. Ametista, também aposentada, relatou a necessidade de adentrar no mundo do trabalho desde cedo, mas também possuía casa própria, era casada com o pai de seus filhos e também não relatou sofrer violência. Esmeralda, também casada com o pai de seus filhos e sem mencionar episódios de violência doméstica, passava por um momento delicado em sua vida, após a perda do patrimônio. Porém, ela possui curso superior, o que foge totalmente da proposta do Programa, quer seja, disponibilizar cursos às mulheres com escolaridade baixa ou defasada<sup>37</sup>.

Destaca-se que estes fatores foram observados neste grupo específico de entrevistadas que, como mencionado anteriormente, têm entre 50 e 65 anos de idade. Possivelmente, em um grupo de mulheres com idade inferior, as características fossem diferentes. Das quatro entrevistadas, três mantinham um longo casamento e duas já estavam aposentadas. Além disso, em seus relatos, mencionaram realidades diferentes vividas pelas colegas mais jovens, como uso de drogas e episódios de violência doméstica.

A categoria Renda Familiar atual, expõe o momento financeiro vivido pelas entrevistadas à época da entrevista. A partir dessa categoria, é possível inferir como o curso se relacionou com a questão da Vulnerabilidade econômica. Conforme os relatos, as quatro entrevistadas trabalham em atividades relacionadas aos cursos concluídos. A renda advinda das atividades auxilia no sustento de suas famílias, mas esse fato não pode ser considerado um indicativo de que o PMML insere as mulheres no mundo do trabalho ou as retira da situação de Vulnerabilidade

---

<sup>37</sup>Disponível em:<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cartilha\\_mulheres\\_mil.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf)>

econômica ou social. Podemos afirmar que os cursos disponibilizados ampliaram as oportunidades de trabalho para as entrevistadas, pois as qualificaram profissionalmente.

A categoria O Programa Mulheres Mil emerge a partir do sentido do curso na vida das entrevistadas. É a interpretação delas, a respeito do sentido do Programa nas suas vidas.

O processo de unitarização e categorização, como um todo, foi um momento de descoberta e compreensão do sentido atribuído ao PMML na vida das entrevistadas.

A seguir, apresento as entrevistadas e exponho alguns recortes dos seus relatos. Estes estão presentes no texto, na perspectiva de aproximar o leitor do momento em que pude compreender o que PMML significou na vida destas quatro mulheres e que elas dividiram comigo de forma generosa, felizes e emocionadas por participarem deste estudo.

Diamante tem uma história de vida marcada por dificuldades desde a infância. Sua fala, seus gestos e olhares permitem perceber o quão guerreira ela precisou ser desde muito cedo. Iniciou a vida profissional quando deveria estar vivendo as descobertas e aventuras de uma criança de nove anos de idade. Dessa forma, não concluiu os estudos em idade regular. Não teve a figura paterna presente em sua vida, fato que a marcou de alguma forma, já que ela relata essa ausência em sua fala. Perdeu a mãe muito cedo, aos nove anos de idade, quando, então, começou a trabalhar em fábricas. Ela teve filhos, mas também não tiveram a figura paterna presente. Ela os criou sozinha, trabalhando em fábricas, em casa de família, fazendo o possível para garantir o sustento familiar. Descobriu o PMML pela filha, que fazia um Curso Técnico no IFSul.

Nessa época, Diamante já estava aposentada. Decidiu fazer a inscrição no curso para melhorar a renda e desenvolver uma atividade. Acabou fazendo dois cursos: Cuidadora de Idosos e Cartonageira. Percebemos, em sua fala, o quão significativo foram os cursos para ela, conforme discutirei na sequência.

*“Enquanto não nos ‘corrê’ nós ‘tamo’ aqui (refere-se ao IFSul). E pra mim foi muito gratificante, né, porque eu arrumei uma maneira de aceitá que eu tava aposentada, né.” (Diamante)*

Diamante faz parte do Projeto de Extensão "*Entrelaçadas*", no qual as mulheres participantes do projeto produzem artesanato, a partir da cartonagem, e expõem em feiras por toda a cidade. O sustento dela e de sua família não depende somente desse trabalho, cuja renda não seria suficiente, porém, ela relata que o dinheiro das vendas a auxilia bastante.

Apesar de Diamante trabalhar na área em que realizou o curso, ela enfatiza que ainda vive com dificuldade financeira. Nesse sentido, o curso não foi suficiente para superar sua vulnerabilidade econômica.

*"É, mudou assim (refere-se ao curso) como eu posso te dizer, só no psicológico né. Claro que no financeiro não tem porque a coisa tá feia mesmo né. Mas eu não desisto, eu vou em frente, vou fazendo, uma hora eu vendo, uma hora eu não vendo, e assim eu vou fazendo."* (Diamante)

Rubi, diferente de Diamante, não começou a trabalhar na infância. É uma senhora comunicativa, alegre e demonstra estar sempre disposta e pronta ajudar o próximo. Terminou o ensino fundamental (na época primeiro grau), e depois disso não conseguiu continuar os estudos. Casou e engravidou cedo. Seu marido, com quem ainda é casada, tinha um emprego, o qual permitia que ela não precisasse contribuir, diretamente, na constituição da renda familiar, o que possibilitou que optassem por ela se dedicar a cuidar dos filhos e da casa. Entretanto, eventualmente, vendia roupas informalmente, segundo ela, para se ocupar para além dos afazeres domésticos.

Ela tem dois filhos formados no Ensino Superior. Quando seu marido perdeu o emprego, ela precisou ir em busca de algo que auxiliasse no sustento da família. Começou a trabalhar de empregada doméstica e a fazer artesanato. Ficou sabendo do curso pela irmã, que viu no *site* do IFSul. Rubi relata ter consciência de que não se encaixava em todos os critérios para fazer parte do Programa. Ela tinha casa própria, não era vítima de violência doméstica, porém estava desempregada. Assim, acabou conseguindo a vaga e, como Diamante, formou-se em dois cursos: Empregada Doméstica e Cartonageira.

Atualmente, ela trabalha como doméstica e, também, faz parte do Projeto "*Entrelaçadas*". Relata que as rendas advindas das duas atividades são relevantes na composição do orçamento familiar.

*“Claro, tem a renda do meu marido agora né, mas, a renda (refere-se à renda advinda dos trabalhos com cartonagem), não digo a maior, porque não dá para sobreviver do artesanato, mas me ajuda bastante.”* (Rubi)

Para ela, o curso foi transformador, e em seu relato, aponta, também, para muitas mudanças percebidas nas vidas de suas colegas. Para ela, a troca de experiências de vida foi algo surpreendente. Rubi não esperava encontrar a realidade em que muitas colegas viviam, vítimas de violência, usuárias de drogas, em situação de vulnerabilidade social, etc. Ela menciona ter auxiliado as colegas nas questões de vida particulares das mesmas e isso a transformou no aspecto pessoal. Além disso, relata ter amadurecido, enquanto ser humano, a partir do contato com a dura realidade de vida de algumas colegas.

*“Só que eu vou te dizer uma coisa assim oh, eu acabei ajudando as pessoas, me ajudou, mas eu ajudei muito as pessoas porque eu sempre trabalhei nessa área de comunidade, de ajudar os outros e eu vim pra cá e vi gente, guria, eu cresci um monte.”* (Rubi)

Ametista, assim como Diamante, teve sua infância marcada pelo trabalho. Pelo seu relato interpreto que sua personalidade é de alguém de coragem e que sabe onde almeja chegar. Concluiu o Ensino Fundamental e Médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA)<sup>38</sup>, nesse período iniciou o curso de Cuidadora de Idosos. Finalizado esse curso, iniciou outro: Técnica de Enfermagem. Formou-se, e, na ocasião desta entrevista, estava prestando vestibular para o curso de Psicologia. Ela é aposentada pela Prefeitura Municipal de Pelotas, no cargo de servente. É casada e tem dois filhos e uma filha. Foi avisada do curso pelo irmão, que viu a notícia em um jornal da cidade. Ela já atuava como cuidadora de idosos, porém sem formação.

Para Ametista, o curso propiciou autoconhecimento e lhe mostrou o quanto ela era capaz. Ametista abriu um lar de idosos, durante o curso. Primeiro, perto de sua casa, na periferia da cidade, em uma casa pequena. Ela relatou que ficou sem móveis em casa, pois levou quase tudo que tinha para o lar. Na sequência, alugou uma casa no centro da cidade: os filhos e o marido auxiliaram nesse processo.

---

<sup>38</sup> Modalidade de ensino nos níveis Fundamental e Médio para pessoas que passaram a idade escolar e não tiveram a oportunidade de estudar. Os alunos formam-se em tempo menor do que no Ensino regular.

*“(...) e abri a casa enquanto fazia o curso. Eu trabalhava de noite cuidando idoso em geriatrias, aí perto da minha casa tem uma casa, e iniciei com uma vizinha que ainda tá aí, graças a Deus, a minha número um.” (Ametista)*

Atualmente, a casa atende a vinte e quatro idosos e conta com doze funcionárias. O marido, que estava desempregado à época do curso, e um dos filhos trabalham com ela no lar de idosos.

Na vida de Ametista, o PMML, produziu empoderamento, no sentido de que ela sentiu-se capaz de abrir o próprio negócio, algo que antes do curso ela não imaginava que fosse possível, também a motivou a buscar aperfeiçoamento profissional.

*“O curso Cuidador de Idosos, esse Mulheres Mil, realmente é Mulheres Mil mesmo, porque além de ele te abrir uma porta gigantesca lá fora, que tu vai ter um outro conhecimento, ele te proporciona a tu te conhece né, e vê o potencial da gente. Foi aí que eu disse: eu posso!” (Ametista)*

Esmeralda é uma senhora muito simpática e de um astral contagiante. Nasceu na Argentina e veio para o Brasil aos treze anos. Ela estudou em idade regular, na Argentina, em regime de internato em escola religiosa. É formada em Ciências Contábeis, mas nunca atuou na área e não gosta da mesma. Relata que teve uma vida confortável enquanto morava na Argentina e que sua família veio para o Brasil, após seu pai ter perdido o patrimônio familiar. Segundo ela, o pai foi traído por um amigo, que havia ficado tomando conta dos negócios da família, durante o período em que ele foi senador, na Argentina. No Brasil, a família refez a vida: ela conheceu seu marido, com quem é casada até hoje, e teve um filho e uma filha. Sua filha tem Ensino Superior, trabalha e mora em Santa Catarina. O marido de Esmeralda trabalhava em um emprego que permitia à família uma vida confortável. Ao sair desse trabalho, abriu uma fábrica de artigos em couro. Do ponto de vista econômico, ela nunca sentiu necessidade de trabalhar, pois moravam em uma casa ampla, os filhos estudavam em escola particular, faziam cursos de inglês e frequentavam renomados clubes de esporte e lazer da cidade.

*“Eu nunca precisei trabalhar até então, entende. Meu esposo estava numa situação muito boa financeiramente. (...) Foi um menino (refere-se ao filho) criado no (Cita o nome de uma escolaparticular da cidade de Pelotas), com tudo o que imaginas, (Cita o nome de um curso particular de Língua Inglesa da cidade de*

Pelotas), *tudo que é esporte, tudo o que é bom que tu imaginas, eles (os filhos) tiveram.*” (Esmeralda)

Segundo relato, seu filho adoeceu: aparentava ter problemas psiquiátricos, transtorno de bipolaridade, entre outros, que a mesma não se sentiu à vontade para revelar. Ela afirma que a família gastou todo o dinheiro que tinha para tentar ajudá-lo: perderam a fábrica, a casa e a dignidade. Atualmente, ela e o marido moram de aluguel, em um terreno com várias casas; o rapaz fugiu para São Paulo - período em que a família ficou sem notícias dele. O jovem foi encontrado, enquanto Esmeralda fazia o curso de Cuidadora.

Sem recursos financeiros, Esmeralda decidiu que precisava trabalhar. No auge dos sessenta anos, sem carteira de trabalho, sem nunca ter contribuído com a previdência, “*estrangeira*” como ela mesma se identifica, o curso de Cuidadora de Idosos foi uma oportunidade de recomeçar a vida, segundo a mesma, Esmeralda soube do curso pelo marido, que viu o anúncio em jornal da cidade. Assim, ela procurou a instituição para realizar a inscrição. Para Esmeralda, o curso a fez sentir-se útil, empoderada. Atualmente, ela atua como Cuidadora. Dessa forma, a qualificação profissional, resultante do PMML, propiciou que ela adentrasse no mundo do trabalho.

*“Então foi uma trajetória muito difícil (refere-se a sua história de vida), que, graças a Deus, apareceu o curso. Que aí tu te envolve com o curso, te envolve com as colegas, te envolve com tudo, então as coisas vão passando. E foi a minha salvação, eu me sinto acolhida sabe, porque toda vez que chegue aqui a (refere-se a uma das gestoras do curso) com aquele sorriso dela, a (idem) a mesma coisa, e todos são muito amorosos. Então esta é a minha história de cuidadora. Cuidadora é algo maravilhoso.”* (Esmeralda)

A partir do meu contato com as entrevistadas, foi possível compreender o como o PMML fez sentido e foi significativo em suas vidas. Todos os relatos foram permeados de emoção. Suas falas, gestos, expressões demonstravam gratidão pelos momentos proporcionados pelo curso. O brilho nos olhos das entrevistadas é algo difícil de descrever.

Quando solicitei que elas relatassem algum(s) momento(s) marcante(s), três delas citaram a experiência do Mapa da Vida. Conforme mencionado na seção 3.2 O Programa na Perspectiva Normativa do Estado, o Mapa da Vida faz parte da

metodologia Acesso, Permanência e Êxito. É um momento de troca de experiência de vida entre as alunas. Assim, (BRASIL 2015 p.13-14):

O método potencializa o sujeito como autor da história da sua vida, da de seu grupo, instituição ou comunidade, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas por seus protagonistas. A construção do mapa da vida estimula pessoas a organizar sua própria história numa cronologia que possibilite que cada uma visualize e apresente sua trajetória global. Por outro lado, coloca o sujeito diante da perspectiva de fazer escolhas e selecionar o que quer contar e registrar, revelando os fatos marcantes, as rupturas e as pessoas significativas.

São distribuídas canetas, folhas, colas, tesouras, jornais, revistas, entre outros materiais, para que elas construam, literalmente, um mapa de suas vidas. Além de um momento de refletir sobre sua história, permite conhecer a história do outro. O significado desse momento para elas, conforme os relatos, é único. Propicia uma pausa para repensar suas vidas e conhecer a realidade das colegas, às vezes mais leves e outros relatos bem mais duros do que os seus.

*“Eu disse pra (Cita uma das professoras) que eu ia matá ela, de tanto fazer mapa da vida (Risos). Mas assim oh, eu nunca me envolvi. Eu sempre fiquei, eu sou mais assim comé que eu vou dizer, eu sou mais de ficar só na retaguarda, só analisando, eu fico só no (..), aí depois, se me pedirem opinião, qualquer coisa, aí eu tô com ela formada.”* (Diamante)

*“Agora começaram (refere-se aos professores): ah conta tua vida, aí nós descobrimos que tinham várias colegas que tinham vários problemas, vários, inúmeros problemas, botavam pra fora e davam risada no fim né, olha foi assim, uma coisa assim, muito importante esse curso,”* (Rubi)

*“E dentro do curso teve, eu não lembro a matéria que foi na época, e a gente teve que falar da gente, e aquilo ali foi um desabafo muito legal, né. Isso aí eu gostei muito, muito mesmo, foi muito humanizado.”* (Ametista)

Esmeralda considerou marcante o momento em que teve notícias do seu filho, desaparecido em São Paulo, como exposto anteriormente. O rapaz andava perambulando pelas ruas, quando equipes de saúde de São Paulo prestaram-lhe atendimento. Ele estava transtornado e passando informações desencontradas. Por algum motivo, a médica que o atendeu, fez uma pesquisa com o seu sobrenome e encontrou uma lista com o nome de sua mãe ligada ao IFSul. Dessa forma, ela entrou em contato com a instituição e, assim, a família o reencontrou. No momento

da escrita deste trabalho, o rapaz encontrava-se em tratamento, em São Paulo, custeado pela irmã de Esmeralda.

*“Aí um dia tava na feira e me liga a (Cita a umas das Gestoras do PMML), “achamos teu filho!” Ele estava morando na rua há dois anos, com as pernas deterioradas tudo assim, horrível. Foi um choque violento, saber que teu filho, que teve tudo, está na rua comendo do latão.”* (Esmeralda)

Abaixo, algumas passagens das falas das entrevistadas, ilustrando, na avaliação delas, o significado do PMML em suas vidas.

*“Pra mim foi bom, porque agora eu não quero mais sair de dentro do IFSul, né. (...) Olha, eu acho que é muito bom pra qualquer pessoa, tem pessoas que tão lá embaixo, tão em depressão.”* (Diamante)

*“Sabe, se tu pegar de dez mulheres conseguir uma, já é muito, conseguir tirar uma, uma, tu mostrar, dar uma visão pra ela que aquele mundo que elas tão, elas podem sair dele, se elas tiverem ajuda elas podem, e acreditar.”* (Rubi)

*“Foi um curso maravilhoso que me abriu várias portas realmente.”* (Ametista)

*“A gente se sentiu, super bem acolhida, super bem acolhida, e a gente se integrou bem com todo o mundo, foi muito bom.”* (Esmeralda)

Diante do exposto, observamos algumas singularidades na disponibilização dos cursos no Câmpus Pelotas. Um exemplo é o fato de as duas primeiras entrevistadas terem tido a oportunidade de concluírem dois cursos, um indicativo de quanto a política é ressignificada e reinterpretada pelos atores que as encenam (BALL, 1994), uma vez que elas “criam circunstâncias nas quais a extensão de opções disponíveis para decidir se o que fazer são restritas e modificadas, ou são apontados objetivos e resultados particulares.” (BALL 1994 p. 19).

Assim, da perspectiva institucional, os servidores da Instituição, aproveitam oportunidades criadas pelas políticas para colocarem em movimento processos educacionais com os quais estejam comprometidos pessoalmente. Isso se evidencia no trabalho voluntário de gestores e professores do Programa, apresentados anteriormente. Por outro lado, as mulheres vislumbram, na proposta educacional oportunidades de qualificação e inserção no mundo do trabalho.

Observamos a política sendo reconstruída em nível local quando, por exemplo, as mulheres podem fazer mais de um curso, os Editais internos priorizam servidores que trabalharam como voluntários e os gestores colocam em andamento

novas propostas educacionais, mobilizando recursos próprios. Além da ressignificação da política, por exemplo, no Edital do Programa Ana Terra, que previa vagas para mulheres transgênero e travesti.

A partir da análise das entrevistas, destacamos a categoria Empoderamento, discutida anteriormente neste trabalho. As entrevistadas demonstraram sentirem-se confiantes em si mesmas após a conclusão dos cursos.

Conforme Baquero (2012, p. 176):

No nível individual, empoderamento refere-se à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida. Diz respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas.

As entrevistadas procuraram os cursos em busca de qualificação profissional e sentem que ele contribui em suas atividades profissionais. Nesse caso a política vivida na prática, foi ao encontro do que está presente no texto político<sup>39</sup>:

Estruturado em três eixos - *educação, cidadania e desenvolvimento sustentável* - o programa possibilitará a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das de suas comunidades.

O capítulo seguinte apresenta algumas considerações acerca dos achados desta pesquisa.

---

<sup>39</sup>Disponível em <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>

## **6 DESBRAVANDO HORIZONTES: CONSIDERAÇÕES**

A partir do objetivo de analisar os sentidos que as mulheres participantes do PMML, disponibilizado pelo Câmpus Pelotas do IFSul, atribuíam ao mesmo, delinear-se os objetivos específicos. Para compreender e discutir as intencionalidades e a organização do Programa Mulheres Mil no âmbito nacional, primeiro objetivo específico, foi realizada ampla pesquisa acerca do PMML nos sites oficiais do governo, os quais apresentam documentos e informações referentes ao Programa, conforme exposto na seção 3.2 O Programa na Perspectiva Normativa do Estado. Esse momento da pesquisa proporcionou o contato com o texto político, na perspectiva de compreender as intencionalidades propostas pelos seus autores. Aqui, se destacaram as categorias Gênero, Empoderamento e Vulnerabilidade Social, presentes no discurso oficial do PMML, cujas perspectivas teóricas foram discutidas no capítulo no capítulo 4 Seguindo Pistas - Categorias em Destaque.

Ainda, para dar conta desse objetivo, em consonância com a matriz pós-estruturalista para análise de políticas, optamos por estruturar o entendimento de política a partir do ciclo de políticas proposto por Ball e Bowe (1992), apresentado na seção 3.1 No Bosque das Políticas Públicas. A partir desse referencial, buscamos compreender o contexto de influência em que se origina essa política, por meio do acordo com o governo do Canadá, que visava à formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Investigamos os documentos oficiais do MEC para compreender as suas intencionalidades e buscamos perceber as peculiaridades da proposta do Programa no IFSul. Para compreender o contexto desta política educacional no Câmpus Pelotas, foi realizado contato com as gestoras do programa, as quais forneceram todas as informações que solicitei, documentos e até os convites das formaturas, aproximando-me desse período em que o PMML foi disponibilizado na instituição. Essa fase da pesquisa foi contemplada na seção 3.4 O Programa Mulheres Mil no Câmpus Pelotas. Desse contexto, observamos singularidades no Câmpus Pelotas: algumas alunas não se encaixavam em todos os critérios de seleção, outras realizaram mais de um curso, o edital de seleção pontuava profissionais que haviam atuado como voluntários e, para a primeira turma, foi disponibilizada janta, além da bolsa prevista pelo Programa.

Ademais, destaco, ainda, o orgulho e gratidão que sinto por trabalhar em uma instituição que se preocupa em oportunizar cursos às minorias; grata por ter a oportunidade de conhecer um pouco mais dessa política e o quanto ela se modifica a cada nova turma; grata por ter colegas que trabalham além do horário, em muitos momentos de forma gratuita, para que esse momento na vida das alunas seja único e transformador; grata por poder contribuir com esse Programa de alguma forma, na escrita deste trabalho.

Assumo que o aprofundamento desse movimento teórico vem sendo fundamental para perda da ingenuidade frente aos discursos políticos, em especial no abandono da perspectiva causal de implementação de políticas.

Por fim, para perceber e discutir sentidos que mulheres participantes desse projeto educacional atribuem à experiência formativa vivenciada, investiguei trabalhos de pesquisa no banco de Teses/Dissertações da Capes, apresentados na seção 3.3 Dialogando com a Produção sobre o Mulheres Mil. Nessa pesquisa, destaco a categoria empoderamento. Em apenas um estudo, essa categoria não foi relevante. Em todos os outros estudos, o empoderamento foi considerado um aspecto positivo do PMML, da mesma maneira que ocorre nesta pesquisa. Ainda, para atingir objetivo foram realizadas entrevistas com as alunas, apresentadas na seção 5.2 Sentidos do Programa Mulheres Mil. Esse momento propiciou que as questões propostas nesta pesquisa fossem respondidas: O que motivou as mulheres a participarem do Programa? O que elas pensam a respeito do mesmo? Com que propósito elas entraram no Programa? O curso produziu sentidos em seus cotidianos? Quais? O curso contribuiu para superar a situação de vulnerabilidade a qual se encontravam?

A categoria Vulnerabilidade, mencionada nas questões da pesquisa, não foi relevante no discurso das entrevistadas. Considerando os níveis de Vulnerabilidade Social expostos neste trabalho<sup>40</sup>, duas entrevistadas percebiam rendimentos advindos de aposentadoria (ainda que referente a um salário mínimo) e a renda familiar das demais era complementada pelos seus companheiros.

A categoria Gênero permeou todo o estudo, visto que tratamos de uma política desenvolvida especialmente às mulheres. Em um país onde, a cada hora,

---

<sup>40</sup>Vide pág.49: Quadro 4 – Dimensões que formam o Índice de Vulnerabilidade Social

503 mulheres são agredidas<sup>41</sup> e uma é assassinada, avalio que, políticas como o PMML, são importantes para efetivação de resultados, na luta pela emancipação e igualdade de gênero.

Diante de todo o exposto, compreende-se que o Programa Mulheres Mil no Câmpus Pelotas do IFSul, contribuiu nos aspectos psicológicos, nas questões da autoestima e empoderamento feminino. As quatro entrevistadas atuam na área em que realizaram os cursos, embora, três delas, afirmem que a renda advinda do trabalho relacionado ao curso não seja suficiente para o seu sustento e uma tem sua principal fonte de renda resultante do estabelecimento que abriu durante o transcorrer do curso, o Lar de Idosos. Assim, inferimos, que o discurso presente no texto político condiz com a política vivenciada, uma vez que os cursos proporcionaram às mulheres entrevistadas a melhoria de vida em aspectos econômicos, sociais e psicológicos.

Ressaltamos, ainda, que se as entrevistas tivessem sido realizadas com mulheres de características distintas das expostas no *córpus* de análise deste trabalho (menor idade, por exemplo), certamente permitiria explorar outros sentidos.

Este estudo não esgota os limites e possibilidades acerca da referida temática. Recomendamos novos estudos para explorar que outros sentidos esse Programa pode ser capaz de proporcionar, em especial investigar mulheres com outros contextos de vida.

---

<sup>41</sup>Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/>>

## 7 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Jair Jonko. **Novos sentidos das políticas curriculares para a educação profissional no Instituto Federal Sul-rio-grandense**. Pelotas, 2013. 308 f. Tese. Universidade Federal de Pelotas.

AVELAR, M. (2016). **Entrevista com Stephen J. Ball: Uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional**. (translated version). Originally published as: Interview with Stephen J. Ball: analyzing his contribution to education policy research. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24(29) *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24(24). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2368> Este artículo forma parte del número especial Stephen J. Ball y la investigación sobre políticas educativas en América Latina de EPAA/AAPE, Edito res invitados Jason Beech y Analía I. Meo. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/viewFile/2368/1743>> Acesso em 01 mai. 2018.

BALL, Stephen. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. *Cadernos de Pesquisa*. 2005, vol.35, n.126, p. 539-564.

BALL, Stephen. **What is policy? Texts, trajectories and toolboxes**. In: BALL, Stephan. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994. (p.14-27)

BALL, Stephen. **What is criticism? A continuing conversation? A rejoinder to Miriam Henry**. *Discourse*, London, v. 14, n. 2, p. 108-110, 1993b. In: MAINARDES, Jeferson; FERREIRA, M. dos Santos; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teóricos-metodológicos**. In: **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, p. 143-172, 2011.

BALL, Stephen; BOWE, R. **Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues**. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual**. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.6, n.1, p.173-187, jan.- abr. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099/>> Acesso em: 20 jan. 2018

BEDERODE, Igor Radtke. **Desafios e Possibilidades da Implantação de Componentes Curriculares a distância nos Cursos Presenciais do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), sob a ótica de educadores do Câmpus Pelotas**. Pelotas, 2016. 192f. Dissertação. Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Disponível em:  
<[http://biblioteca.ifsul.edu.br/pergamum/anexos\\_sql\\_hom81/000024/00002491.pdf](http://biblioteca.ifsul.edu.br/pergamum/anexos_sql_hom81/000024/00002491.pdf)>  
Acesso em: 20 fev. 2018

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto, Coleção Ciências da Educação, 1994.

BRASIL, **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em:  
<<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>> Acesso em: 01 dez. 2017

BRASIL, **Decreto Nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**, Regulamenta a Lei Nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/decreto/Decreto\\_no\\_5209\\_de\\_17.09.2004-1.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/Decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf)> Acesso em: 12 jun. 2017

BRASIL, **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Disponível em:<<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017

BRASIL, **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**, Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13104.htm)>  
Acesso em: 25 nov. 2018

BRASIL, **Lei de 15 de outubro de 1827**, Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm)>  
Acesso em: 20 jul. 2017

BRASIL, **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.html)>  
Acesso em: 15 out. 2016

BRASIL, **Mulheres Mil: do Sonho a Realidade = Thousand women: making dreams come true = Milefemmes: Du revê à laréalité**. Org. ROSA, Stela. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

BRASIL, **Mulheres Mil oferece 100 mil oportunidades de capacitação**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/02/mulheres-mil-oferece-100-mil-oportunidades-de-capacitacao>> Acesso em: 09 nov. 2016

BRASIL, **Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011**, que institui o Programa Mulheres Mil-Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category\\_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 16 nov. 2017

BRASIL, **Pronatec, Brasil sem miséria, Mulheres Mil**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cartilha\\_mulheres\\_mil.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2016

BRUSEKE, Franz. Josef. **Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2006, 69-80 pp. *In*: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile, 2001, *In*: CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva, **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017

BRUSEKE. Franz Josef. **Risco e Contingência**. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100006)> Acesso em: 18 nov. 2017

BUSSO, G. (2001). El enfoque de la vulnerabilidad social en el contexto latinoamericano: situación actual, opciones y desafíos para las políticas sociales a inicios del siglo XXI. Santiago, Chile: CEPAL. *In*: CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva, **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CANADÁ, **Relações Canadá-Brasil - Um parceiro chave para o Canadá**. Disponível em: <[http://www.canadainternational.gc.ca/brazilbrasil/bilateral\\_relations\\_bilaterales/index.aspx?lang=por&menu\\_id=46](http://www.canadainternational.gc.ca/brazilbrasil/bilateral_relations_bilaterales/index.aspx?lang=por&menu_id=46)> Acesso em: 20 mar. 2018

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva, **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**, 2010. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2016

COUTINHO, Jordania Medeiros. **As trilhas do empoderamento feminino no IFBaiano-Campus Uruçuca**. 2015. 127f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3559306](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3559306)> Acesso em: 13 ago. 2017

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CRISTINE, Elen. **Educação para Jovens e Adultos (EJA)**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/educacao-para-jovens-adultoseja.htm>> Acesso em: 01 dez. 2018

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa – Teorias e Abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, Kelly Cristine Ferreira Prado. **Identidade de gênero feminino no programa Mulheres Mil: verdades, poder e subjetivação**, 2016. 183f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Jataí, 2016. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4044952](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4044952)> Acesso em: 08 ago. 2017

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da Língua Portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FILHO, Ari de Araujo Vilar de Melo. **Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Pronatec Mulheres Mil: um estudo de caso**. 2016. 132f. Dissertação. Mestrado Profissional em Gestão Pública Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3679548](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3679548)> Acesso em: 08 ago. 2017

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, Matheus. **Gayle Rubin e o “The Traffic in Women”**: apontamentos iniciais. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/16/o-conceito-de-genero-por-gayle-rubin-o-sistema-sexogenero/>> Acesso em: 09 out .2017

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GALVÃO, Cecília. **Narrativas em Educação**. Ciência e Educação. v.11, n.2, p.327-345, 2005.

GALVÃO, Patrícia. **Dossiê de Violência contra as Mulheres**. Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/>> Acesso em: 10 mar. 2018.

GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia (org.). **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. Alicia H. Puleo Caderno nº 8 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>> Acesso em: 12 out. 2017

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfarestate: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. RAP Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006.

GUERRA, I.C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso**. Estoril, Portugal: Editora Princípia, 2006.

GUIA PRONATEC DE CURSOS FIC – SETEC-MEC  
Disponível em: <[https://map.mec.gov.br/attachments/74900/guia\\_Pronatec\\_de\\_cursos\\_fic\\_2016.pdf](https://map.mec.gov.br/attachments/74900/guia_Pronatec_de_cursos_fic_2016.pdf)> Acesso em: 29 nov. 2018

HYPOLITO, Álvaro. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA, Eduardo Jr. **Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade**. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab\\_cap\\_I\\_pgs\\_21-50.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_I_pgs_21-50.pdf)> Acesso em: 02 ago. 2017

IFSUL, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **O Campus Pelotas**. Disponível em: <<http://pelotas.ifsul.edu.br/institucional/o-campus-pelotas>> Acesso em: 01 mar. 2018

IFSUL, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Editais IFSul**. Disponível em: < IFSUL, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.> Acesso em 05 jan. 2019

IFC, Instituto Federal Catarinense. **O que é um Curso Fic.**

Disponível em: <<http://ingresso.ifc.edu.br/category/cursos-fic/o-que-e-um-curso-fic/>>

Acesso em: 21 nov. 2018

ISTO É, **Islândia cria lei de igualdade salarial entre homem e mulher.** Ed. 2553.

Disponível em: <<https://istoe.com.br/islandia-cria-lei-de-igualdade-salarial-entre-homem-e-mulher/>>

Acesso em: 27 nov. 2018

KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades. Estudio sobre las raíces de La vulnerabilidad social em el Uruguay.** Montevideo: Oficina del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL en Montevideo, LC/MVD/R, 1999. (n.180).

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade do Brasil urbano. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.63, 2002 pp. 9-30. *In*: CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva, **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social.** Disponível em:

<[http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017.

LÉON, Magdalena de. **El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primery tercer mundos em los estudios de género.** *La Ventana*, 2001, no. 13, pp.94-106. *In*: SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva**

**Feminista.** 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>

Acesso: 27 nov. 2018

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na Sala de Aula.** *In*: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**, 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015. (p.443-481).

MAINARDES, Jeferson; FERREIRA, M. dos Santos; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teóricos-metodológicos.** *In*: **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, (p.143-172, 2011).

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais.** *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.30, n.106, 303-318, jan./abr. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>> Acesso em: 08 nov. 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Brasil sem Miséria**. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>> Acesso em: 09 nov. 2016

MONTEIRO, S. R. R. O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: *Seminário de Políticas Sociais do Mercosul*, 3., 2011, Pelotas. Anais. SEPOME, 2011. In: PASSOS, Joana Célia dos; ROSA, Stela. **A categoria “gênero” no Programa Nacional Mulheres Mil**. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 1-297, Jan-Jun 2015.

MOSEDALE, Sarah. (2005). **Policy arena. Assessing women’s empowerment: Towards a conceptual framework**. *Journal of International Development*, 17, 243-257. In: SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso: 27 nov. 2018

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciênc. educ. (Bauru)* [online]. 2003, v.9, n.2, p.191-211. ISSN 1516-7313. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>> Acesso em: 18 fev. 2018

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <[revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/download/18875/12399](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/download/18875/12399)> Acesso em: 28abr. 2018.

OLIVEIRA, Lusandra Almeida de; VIEIRA, Cristiane Maria; FELDENS, Dinamara Garcia. **O avanço do programa mulheres mil com o programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego – Pronatec**. ISSN IMPRESSO 1980-1785 ISSN ELETRÔNICO 2316-3143. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/2585/1750>> Acesso em: 12 fev. 2018

OLIVEIRA, Silvelena Alves de Araújo. **Mulheres, conquistando espaços dentro do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Iguatu**. São Leopoldo, 2014. 110 f. Dissertação. Mestrado em Teologia. Faculdades EST (Escola Superior de Teologia). São Leopoldo, 2014.

ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. [S. l.]: Onu Mulheres [2010]. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 12 out. 2017

PACTO GLOBAL. **O que é o Pacto Global**. Disponível em: <<http://pactoglobal.org.br/o-que-e/>> Acesso em: 26 nov. 2018

PASSOS, Joana Célia dos; Rosa, Stela. **A categoria “gênero” no Programa Nacional Mulheres Mil.** Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 1-297, Jan-Jun 2015.

Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History.** New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Maria Aparecida de Paula; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. **O Programa Mulheres Mil no Brasil, ações para a inclusão social da mulher.** Anais do Congresso Internacional de Administração. Paraná, 2014.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.** 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em : 27 nov. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Carla Renata Capilé. **Programa Mulheres Mil: Subjetividade, Inclusão e Governabilidade.** 2015. 120f. Dissertação. Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2015. Disponível em: <<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2802564](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2802564)>> Acesso em: 10 ago. 2017.

SILVA, Silvana Sônia Oliveira da. **A construção identitária de mulheres: análise das narrativas do livro Mulheres Mil/do sonho à realidade.**2014. 97f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Universidade São Francisco. Itatiba, 2014. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=975449](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=975449)> Acesso em: 12 ago. 2017

SILVERLI, Márcia Ferreira. **“Mulheres Mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino,** 2016. 119 f. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4986082](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4986082)> Acesso em: 10 ago. 2017

STEPHENS, J. **Language and Ideology in children's literature**. New York: Longman Publishing, 1992. *In*: GALVÃO, Cecília. **Narrativas em Educação**. Ciência e Educação. v.11, n.2, p.327-345, 2005.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **82 anos da conquista do voto feminino no Brasil**. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>> Acesso em: 06 nov. 2016.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo?** *In*: **Seminario Vulnerabilidad**, CEPAL, Santiago de Chile, 2001. *In*: CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva, **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017.

WALLERSTEIN, Nina; BERNSTEIN, Edward. **Introduction to community empowerment, participation, education, and health**. *Health Education Quarterly: Special Issue Community Empowerment, Participatory Education, and Health*, parte I, v. 21, n. 2, p. 141-170, 1994 *In*: BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.1, p.173-187, jan.- abr. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099/L>> Acesso em: 20 jan. 2018.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO -

#### ENTREVISTA<sup>42</sup>

**Pesquisadora responsável:** Patrícia Martins Tavares

**Professor orientador da Pesquisa:** Dr. Jair Jonko Araujo

**Instituição:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) - Programa de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia

Prezada Aluna,

Você está sendo convidada a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder a todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir a qualquer momento, sem nenhum problema.

Esta pesquisa tem como finalidade investigar os sentidos e significados produzidos pelo Programa Mulheres Mil nas mulheres no processo.

Sua participação, nesta pesquisa, consistirá apenas em responder às perguntas estruturadas. A participação na entrevista não representará qualquer risco de ordem psicológica para você.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados em qualquer forma.

Como pesquisadora, comprometo-me a esclarecer devidamente qualquer dúvida que, eventualmente, a participante venha a ter, no momento da pesquisa ou posteriormente, pelo telefone: (53)981318975 ou pelo e-mail: <patimartins87@gmail.com>.

Ciente,

---

<sup>42</sup> Adaptado a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado por Igor Bederode Radtke em sua Dissertação de Mestrado em Educação, no IFSul, em 2016.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura

---

Nome Completo

## **APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ESTUDANTES**

**Identificação da entrevistada:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Curso:** \_\_\_\_\_

1. Como você soube do Programa Mulheres Mil?
2. Por que você procurou o curso?
3. O Curso teve alguma importância na sua vida? Alguma experiência vivenciada durante o Curso você considera marcante? Qual? Por quê?
4. Você percebe alguma mudança em sua vida após a conclusão do curso? Qual (s)?
5. Você desenvolve alguma atividade remunerada hoje, qual? Se sim, você utiliza os conhecimentos desenvolvidos no curso para realizá-la?
6. Você indicaria o PMML para alguma amiga? Por quê?